

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA

**MESMO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DENTRO
DA TEORIA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA**

Maria Cristina de Moraes Tafarello

Orientador: *Prof. Dr. Carlos Vogt*

Dissertação apresentada ao Departamento de
Lingüística do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Cam-
pinas como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Lingüística.

CAMPINAS
1979

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Ao André e ao Tadeu

Com os quais tento aprender
as lições de simplicidade e
pureza de coração...

Ao prof. Oswald Ducrot,

Que por muito admirar, tentei
conhecer. Por tentar conhecer,
vi a meta a seguir.

Ao prof. Carlos Vogt,

Cujo incentivo e paciência
possibilitaram o alcance
dessa meta.

Agradeço

A mãe Henédi e ao pai Plínio a dedicação e a possibilidade de viver, aprender e amar.

Ao Valdir o carinhoso apoio em todas as situações.

A Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior a certeza de poder chegar até aqui.

Í N D I C E

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO.....	2
-----------------	---

CAPÍTULO II

MESMO: ALGUMAS PROPOSTAS DE ANÁLISE....	14
1. Charles Fillmore e as regras de acarretar.....	14
2. A análise implicativa de Bruce Fraser.....	16
3. Propostas alternativas de análise:..	19
3.1. A análise pressuposicional de Jean-Claude Anscombe.....	20
3.2. Oswald Ducrot: os implícitos da linguagem e a descrição semântica de uma língua.....	30
3.3. Ducrot e as escalas argumentativas.....	34
3.4. Anscombe, Ducrot e a argumentação.....	39

CAPÍTULO III

MESMO: UMA PROPOSTA CONCILIATÓRIA.....	50
--	----

CAPÍTULO IV

OUTROS MESMOS.....	75
--------------------	----

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO.....	96
----------------	----

BIBLIOGRAFIA.....	101
-------------------	-----

R E S U M O

O objetivo deste trabalho é fundamentalmente um só: o de analisar semanticamente a partícula mesmo, do português, procurando abranger o maior número possível de suas ocorrências. A pesquisa se efetuou pela - leitura de várias propostas de descrição já elaboradas a respeito desse elemento, o que acabou por evidenciar que, embora as hipóteses de partida sejam distintas, - as noções básicas acabam por permitir um enquadramento dessas análises em dois grupos: aquelas que se utilizam da noção de implicação lógica e aquelas que preferem a da pressuposição e da argumentação. Algumas dúvidas e indagações, envolvendo em princípio a negação nem mesmo, acabaram por dar corpo a uma análise que, chamada conciliatória, nada mais é do que uma tentativa de interpretar a partícula mesmo, levando em conta não só a noção de implicação, mas também aquelas normalmente eleitas pela teoria semântica argumentativa.

"Nem mesmo com uma flor ..."
Diz o provérbio árabe. Parece
Que com dobrado primor
Falara ele se dissesse:

"Nem mesmo com uma frase
Sequer
Seja ela embora tão leve
Ou quase
Como a mais leve pluma
Se deve
Bater numa
Mulher ..."

Vicente de Carvalho

"Nem mesmo com uma flor ..."

Às vezes diz a Ciência
Que a crença é engano profundo,
Esperando uma outra vida
Noutros planos, noutro mundo ...

E diz arrogante à Fé:

-"Estás louca! A morte apenas
É o sono eterno e tranqüilo
Depois das lutas terrenas."

Ao que ela replica, humilde:

-"Mais tarde, Ciência amiga,
Serás o sócia da Fé,
Andarás ao lado meu.
Se for sono, dormiremos,
Mas se não for, pois não é,
De quem será esse engano?
Será meu ou será teu?"

Casimiro Cunha

"O engano"

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. Não se pode contestar a grande contribuição dada por Ferdinand Saussure ao estruturalismo linguístico. Seu grande mérito, porém, não se deve tanto às definições que e mitiu, nem todas inéditas, embora integradas num sistema - coerente, mas sobretudo ao fato de ter suscitado as mais va riadas teses entre os linguistas empenhados em aprovar, al-
terar ou até mesmo rejeitar sua obra.

É desde então que se permitiu conceder à lingüís-
tica um lugar entre as chamadas ciências humanas. O caminho
da formalização foi-lhe sendo traçado gradativamente.

Diante da complexidade do fenômeno com que a lin-
güística, enquanto ciência, se via obrigada a defrontar, -
surgen as dicotomias ditas funcionais: língua/fala, sentido
/significação, enunciado/enunciação, etc.. Operando, assim ,
uma redução do fenômeno - a linguagem - a objeto de ciência,
a lingüística, como toda ciência, pôde assinalar, ao nível
teórico, uma transparência que inexiste no fenômeno. O objet
to de uma ciência não é simplesmente uma região delimitada
no interior do dado.

Saussure considera como dado, como material lin-
güístico, o conjunto de acontecimentos psicológicos, socio-
lógicos e fisiológicos ligados à utilização da linguagem por
uma coletividade. Mas a diversidade e a heterogeneidade dos
fenômenos que constituem o material linguístico impedem uma
observação direta do linguista. Para que isso não ocorra ,
Saussure sugere que este produza um objeto a partir de uma
elaboração teórica e escolha alguns fatos ligados à lingua-

gem, sacrificando outros. A melhor solução para ele é que nos coloquemos no terreno da língua e a consideremos como o princípio de descrição de todas as outras manifestações lingüísticas. O objeto da lingüística é, assim, constituído.

Fazendo uma revisão da teoria saussuriana, Oswald Ducrot (1972b) diz que quase todos os lingüistas, hoje em dia, concordam com a necessidade de escapar provisoriamente do dado, mas vários problemas surgem quando a questão é dar uma definição precisa de língua. Saussure, em primeiro lugar, diz que ela não se confunde com a linguagem, já que, ao contrário desta, é "um todo em si", isto é, um sistema fechado, regido por leis internas, e também é um "princípio de classificação", capaz de introduzir uma ordem natural na complexidade de um dado. Em segundo lugar, mostra que a língua se opõe à fala e é esta oposição que nos interessa particularmente.

Ducrot analisa a dicotomia língua/fala, apresentando-a sob a forma de duas oposições: a oposição entre o aspecto social e o aspecto individual, de um lado, e a oposição entre o aspecto passivo e o aspecto ativo da linguagem, de outro. Sendo assim, Saussure inicialmente define a língua como um conjunto de convenções necessárias que a sociedade adota, permitindo a "faculdade da linguagem" entre os indivíduos. Além disso, ele caracteriza a língua como sendo a relação passiva entre um certo número de sons, os significantes, e um certo número de idéias, os significados. A fala, por sua vez, é definida como um ato individual e como uma atividade. É atividade porque é a utilização da língua pelos falantes; é através da fala que se relacionam os conceitos e as imagens acústicas que constituem a substância mesma da língua. Isso faz brotar a concepção de que a fala é sempre individual, já que a execução efetiva de uma língua só é possível através de um determinado indivíduo.¹

2. É dentro da concepção teórica de que o objeto da lingüística é a língua e não a fala que as equivalências entre sentido e enunciado, de um lado, e significação e enunciação, de outro, se fizeram e se deixaram conservar por um período grande de tempo.

Ducrot (1972a), por exemplo, ao propor a descri

ção semântica de uma língua, distingue o sentido do enunciado e a significação da enunciação a partir da dicotomia saussuriana entre língua e fala.

Para ele, o Componente Lingüístico (C. L.), na descrição semântica de um enunciado, é qualquer coisa como a língua de Saussure e o segundo componente, chamado Retórico (C.R.), é qualquer coisa como a fala.

A justificação primeira para isso é que Saussure mostra, como já se viu acima, que a língua não é um fato, um dado, mas uma construção do lingüista; a fala, ao contrário, é algo suscetível de observação. Ducrot, por sua vez, define o C.L. como aquele que trata o enunciado sem levar em consideração as suas condições de produção, isto é, sua situação, e que dá uma primeira interpretação do enunciado, isto é, seu sentido; já o C.R. leva em consideração, de um lado, o sentido, e de outro a situação - de discurso, para prever a significação da enunciação.² Ora, também para Ducrot, o sentido não é um dado que se possa observar, já que nunca encontramos os enunciados, mas somente as enunciações ou atos de fala.

A noção de sentido e a noção de enunciado são, para ele, abstrações, cuja função principal é possibilitar que se estabeleça a significação de um ato de enunciação.

A noção de enunciação é, por sua vez, mais totalizante, já que compreende um enunciado, um ato do locutor que o produz e do seu ouvinte e a situação em que é produzido.

Uma segunda justificativa é a seguinte: Saussure, como vimos, considera a língua como um todo em si, isto é, como um sistema de regras e não apenas uma lista aberta de palavras, e também a considera como um princípio de classificação. Da mesma forma, o C.L. para Ducrot pode ser construído de uma maneira sistemática: além de apresentar uma lista de associações ligando enunciados e significações, é preciso que estas possam ser calculadas pela aplicação de certas regras gerais. Além disso, esse componente deve permitir uma melhor compreensão dos fatos da significação, os quais devem ter um poder explicativo (e não simplesmente classificatório), possibilitado pela atuação do C.R.

Gostaríamos de citar ainda outrá possível relação que Ducrot (1973b) mostra existir entre a semântica lingüística e o estruturalismo, que confirma o que denomi

na "a tese de uma originalidade absoluta de ordem lingüística em semântica". Partindo da suposição de que o estruturalismo lingüístico é o reconhecimento de uma "originalidade profunda" (originalité foncière) da língua, isto é, da idéia de que seus elementos não podem se definir em termos extra-lingüísticos, diz que a semântica lingüística parece ser profundamente estruturalista. Para ilustrar tal tese, mostra que certas frases não podem ser descritas sem referência à atividade lingüística. Assim, por exemplo, o valor de um enunciado imperativo só pode ser definido, desde o início, em relação a um tipo particular de ato que permite empregá-lo, a ordem. Sua enunciação transforma a situação do destinatário, colocando-o em uma alternativa jurídica que inexistia antes: obedecer-desobedecer. Desse modo, não se pode dizer que o enunciado tenha um valor definível em termos extra-lingüísticos, como, por exemplo, a comunicação de um conhecimento sobre o mundo, que explicaria, em seguida, a atividade da fala. O estruturalismo semântico - introduz, assim, a idéia de um estruturalismo do jogo lingüístico, fundamentado menos sobre os conteúdos comunicados do que sobre as relações intersubjetivas ligadas a sua comunicação.

Desse modo, vemos que a descrição semântica de Ducrot, apesar de parecer totalmente baseada nas concepções estruturalistas de Saussure, se diferencia delas em vários pontos, o mais importante, talvez, sendo aquele em que Ducrot procura entender a língua como um princípio de explicação e não de classificação. (cf. Vogt 1974, p. 14-16).

3. As dicotomias língua/fala, enunciado/enunciação, sentido/ significação nada mais são do que frutos das concepções teóricas dos lingüistas. Na tentativa de descrever os vários fenômenos ligados à fala, à enunciação, à significação, a lingüística viu-se diante de situações embaraçosas. Incumbe, desse modo, outras ciências humanas - dessa tarefa.

Ora, a opção pelo primeiro termo das distinções, aparentando ser uma solução para a lingüística, foi também, aos poucos, levantando insatisfações: a preocupação excessiva com seu objeto, a língua, encobria uma das propriedades mais ricas da linguagem, a saber, a subjetividade.

Émile Benveniste (1966a, p.19) observa que a lingüística tem dois objetos: é ciência da linguagem e ciência

das línguas. Para ele, a distinção língua/linguagem é a seguinte:

"(...) a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, é coisa diversa das línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais ela se realiza. É das línguas que se ocupa o linguísta, e a linguística é, principalmente, a teoria das línguas. Mas (...) veremos que esses caminhos diferentes se entrelaçam frequentemente e finalmente se confundem, pois os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalização, põem sempre em questão a linguagem".

Sendo, então, a linguagem uma "faculdade humana" por excelência, não se pode deixar de levar em consideração a subjetividade que lhe é própria.

Nesse sentido, a contribuição de Benveniste é inegável. Dedica toda a seção chamada "O homem na língua" - (1966a, p. 223-285) a problemas dessa ordem. Ele define a subjetividade como a capacidade que o locutor possui de se colocar como "sujeito".

Ao fazer uma análise dos pronomes pessoais eu e tu, mostra que não se pode descrevê-los sem referências ao seu emprego. Eu não significa "o sujeito", mas trata-se, mais precisamente, do termo com que um falante se designa enquanto está falando; tal pronome se refere ao ato de discurso individual em que é pronunciado. Isso mostra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. A linguagem permite a apropriação da língua por todo locutor que se designa por "eu". Só emprego eu dirigindo-me a alguém que é, em minha locução, um tu, diz Benveniste. Tal condição de diálogo constitui a pessoa, pois ela implica, reciprocamente, que eu me torne tu na locução daquele que por sua vez, se designa por eu. Benveniste mostra que os dêiticos em geral partilham do mesmo status desses pronomes pessoais, já que organizam as relações espaço-temporais em torno do sujeito.

Podemos dizer que esse jogo de reciprocidade, apesar de se manifestar na fala, está inscrito na própria língua.

Além de Benveniste, outros linguistas e alguns -

filósofos da linguagem, sobretudo J. L. Austin (1962) com sua análise dos verbos performativos e sua teoria geral dos atos de fala, mostram que a língua comporta diversos processos que permitem estabelecer várias relações intersubjetivas.

Austin mostra que certos verbos como prometer, interrogar, ordenar, elogiar, etc., quando empregados na primeira pessoa do presente do indicativo, fazem mais do que informar o seu conteúdo: eles realizam, através de sua enunciação, a própria ação que descrevem. Assim, dizer, por exemplo, eu prometo é, ao mesmo tempo, realizar a ação de prometer.

Da análise dos performativos, Austin passa à constatação de outros atos de fala, realizáveis em diferentes níveis: o nível locucional, o nível perlocucional e o nível ilocucional, em que se instaura o próprio conceito de performativo.

Ao nível locucional, a língua se compromete com regras de ordem fonética, gramatical e semântica (no sentido de atribuir aos sons um certo sentido e uma certa referência). O nível perlocucional, por sua vez, abriga certas relações intersubjetivas que ultrapassam o campo propriamente lingüístico. Assim, por exemplo, quando alguém dá uma ordem a uma outra pessoa, essa ordem pode realizar ações como "ameaçar", "amedrontar", etc.. Já ao nível ilocucional, o mais significativo do ponto de vista lingüístico, reside a própria enunciação, com as relações que institui entre o locutor e o interlocutor. Ao dizer, por exemplo, eu prometo, realizo minha promessa ao mesmo tempo em que a emito. Produzo, desse modo, alguma coisa in saying, como diz Austin.

A constatação desses diferentes níveis testemunha que existem, no próprio enunciado, as marcas relativas a sua enunciação.

Os marcadores de subjetividade se fazem notar, dentre eles o mas, o também, o ainda, o mesmo, a comparação. Eles carregam consigo informações que se relacionam mais a atitudes e crenças dos interlocutores no exercício da linguagem do que à descrição de fatos.

4. Com Saussure, dada a importância que ele atribui ao aspecto social da linguagem humana, a função comuni

cativa passa a ser entendida como a sua principal função. Com o desenvolvimento da teoria da informação, confundiram-se comunicação e informação, de modo que um processo de cristalização, de substantivação das noções saussurianas foi inevitável. É o que se deu, por exemplo, com a dicotomia língua e fala.

Entretanto, os semanticistas europeus, que modernamente concebem a língua como atividade, não abandonaram tal distinção, mas antes a retomaram para lhe dar um sentido mais dinâmico.

Anscombe (1975), por exemplo, nos diz que não renuncia a tal oposição, mas somente se recusa a identificar a língua com o enunciado, a fala com a enunciação, a distinção língua/fala com a distinção enunciado/enunciação. Afirma que os enunciados só são adequadamente descritos se se admite que comportam as marcas relativas à enunciação. Para ele, a presença da enunciação se manifesta desde o nível do enunciado, devido à presença de variáveis situacionais que, por sua vez, serão especificadas conforme as diferentes situações de discurso no interior das quais aparecerá o enunciado.

Tudo isso leva a compreender o motivo pelo qual a opção exclusiva pelos primeiros termos das dicotomias aqui abordadas levou a lingüística a tantos tropeços. Falta-lhe alguma coisa, já que não se esgotava nem na língua, nem no enunciado, nem no sentido. Os marcadores de subjetividade vêm então quebrar a rigidez dessas dicotomias.

5. Desse modo, a lingüística se liberta também para a enunciação e os problemas a ela ligados.

Vinos, ao abordar a oposição língua/fala, a concepção saussuriana de que a fala é individual. Porém, não podemos admitir que o ato de fala consiga escapar totalmente das restrições do meio social. Como observa Ducrot (1972 b), o próprio Saussure tinha consciência disso, já que, em algumas notas não publicadas de seus discípulos, insistia no fato de que a fala é amplamente regida por fatores sociais.

Tzvetan Todorov (1970), por sua vez, afirma que o exercício da fala não é uma atividade puramente individual; ao lado da parte irredutível da enunciação, existem aquelas que pertencem à esfera social da linguagem, que se deixam conservar como repetição, jogo e convenções. Por esse motivo, o objeto da lingüística elegido por ele é constituído pelas

regras da enunciação e os diferentes campos de sua aplicação.

Podemos dizer que a lingüística passa a ser, agora, a ciência da enunciação.

Ducrot, num artigo inédito ("Les Allusions à l'Énonciation"), observa sobre a enunciação:

"(...) Trata-se não mais do acontecimento empírico, isto é, da produção de um enunciado (ocorrência particular e aproximativa de uma frase da língua, em uma situação dada), mas do engajamento de uma pessoa - que chamo 'o enunciador' - em relação à frase empregada. Atribuir um sentido a um enunciado é sempre supor que as palavras que o constituem foram objeto de uma escolha, que alguém tomou-as sob sua responsabilidade, apresentando-se como comprometido por elas. Pode-se dizer que a noção de enunciação é de ordem hemenêutica: é uma categoria através da qual se faz a interpretação das palavras pronunciadas."

Benveniste (1970, p.12) dá a seguinte definição de enunciação:

"A enunciação é esse colocar em funcionamento da língua por um ato individual de utilização."

Reforçando ainda mais as importantes considerações que fez a respeito da intersubjetividade da linguagem, Benveniste observa que a enunciação, enquanto realização individual, é definível, em relação à língua, como um processo de apropriação do locutor que, ao assumir a língua, implanta o outro diante de si.

O dado da enunciação, para ele, é o fato da língua introduzir aquele que fala em sua fala. A presença do locutor na sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interna, afirma ele.

Para caracterizar a enunciação, mostra que ela evidencia uma relação discursiva ou "partenaire".

O que significa tal relação? Benveniste (1966c) - faz a distinção entre dois planos de enunciação: o da história e o do discurso.

A enunciação histórica caracteriza a narração de acontecimentos passados, sem nenhuma intervenção do locutor. Ao historiador, salvo raras vezes, não é concedida a licença de dizer eu ou tu, pronomes esses pertencentes ao aparelho formal do discurso. A terceira pessoa, no entanto, é sua pr

vilegiada.

Quanto à enunciação discursiva, define-a como aquela que pressupõe um locutor e um ouvinte, sendo que este é suscetível de ser influenciado por alguma intenção do locutor.

Percebemos portanto que há, neste plano da enunciação, categorias linguísticas cujas significações se inscrevem nas relações que instituem entre os indivíduos na hora mesma em que são empregadas. A relação de pessoa está presente, explícita ou implicitamente: o locutor e o ouvinte são alternativamente protagonistas, colocam-se um diante do outro e, se preciso, opõem uma não-pessoa ele a uma pessoa eu/tu.

No caso da enunciação histórica, ao contrário, supõe-se que somente uma pessoa é dona da fala; o outro, presença muda, apenas recebe as informações do mundo. A terceira pessoa não se opõe a nenhuma outra; na verdade, ela é, como diz Benveniste, uma ausência de pessoa.

A escolha de um tempo verbal, portanto, não tem como função única a de informar o outro, já que se fundamenta também nas relações e oposições intersubjetivas que são a realidade própria da linguagem.

6. A distinção entre enunciação histórica e enunciação discursiva nos leva ainda a uma outra constatação, não menos relevante que a anterior.

Ao definir a enunciação discursiva, grifamos, propositadamente, a palavra "intenção" quando nos referíamos, com Benveniste, à intenção do locutor de influenciar o seu ouvinte de alguma maneira. Isso nos faz lembrar uma importante observação que Ducrot (1973a, p.225) faz ao abordar o que chama de "escalas argumentativas":

"Nós partiremos da observação, muito banal, de que muitos atos de enunciação têm uma função argumentativa, de que eles visam a levar o destinatário a uma certa conclusão, ou a desviá-lo dela. Menos banal, talvez, é a idéia de que esta função tem marcas na própria estrutura do enunciado: o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações conduzidas por ela, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou torneios que, além de seu valor informativo, servem para dar uma orientação argumen-

tiva ao enunciado, para levar o destinatário a esta ou àquela direção".

A eleição da análise de um operador de argumentação como mesmo deveu-se, a princípio, a pura curiosidade em relação à linguagem. Dessa curiosidade nasceu um interesse difícil de ser contido. O resultado é este.

O objetivo deste trabalho se definia dentro da linha teórica cujo processo de descrição envolve a concepção de que a linguagem faz mais do que informar. Para determinar o valor semântico da palavra mesmo foi preciso recorrer à noção de linguagem enquanto o lugar de confrontação de intersubjetividades.

Assim, nossa análise do mesmo acabou por abarcar outros elementos, como o mas, o ainda, o também, a comparação, que operam também no sentido de mostrar que a linguagem exige a definição própria do homem, tomando-o, ao mesmo tempo, o pecador e o confessor dentro de sua própria fala, isto é, o responsável e, ao mesmo tempo, o apreciador daquilo que enuncia.

Esse intento traz, pelo menos, duas conseqüências.

Em primeiro lugar, podemos dizer que, como o elemento mesmo se refere às intenções que dirigem a fala, então deve ser descrito em termos pragmáticos. Nesse sentido, este estudo deverá ir de encontro à concepção de que muitos enunciados comportam certos traços que determinam seu valor pragmático independentemente de seu valor semântico, isto é, de seu conteúdo puramente informacional. Desse modo, não iremos aceitar, como se faz tradicionalmente, que o componente pragmático da descrição lingüística possa ser constituído independentemente do componente sintático e do componente semântico. Iremos concebê-lo, isto sim, como um componente integrado à descrição semântica de um enunciado.

Uma segunda conseqüência de nossa análise tem a ver com a noção de argumentação. Veremos que a proposição em que o mesmo se insere é sempre utilizada como um argumento forte e, em certos casos, decisivo, para alguma conclusão. A existência de um apelo para que se prolongue a fala, numa palavra tão comum como o mesmo, é a marca de seu valor argumentativo e a prova de que a utilização argumentativa da língua constitui uma função primitiva.

A pesquisa teve início na busca das análises diversas já elaboradas a respeito do mesmo. Queríamos saber de quantas formas poderia ser interpretado e as várias análises

revelaram-nos, basicamente, duas formas de descrição. Procurando ancorar-nos nelas, surgiram algumas dúvidas. Na tentativa de solucioná-las, vimos brotar uma análise que, regada com as mesmas noções básicas dessas duas análises, se diferencia delas justamente no ponto em que tenta incorporá-las numa só forma de descrição.

Como, felizmente, nada é definitivo em ciência, - esperamos que nossa tentativa de análise, embora sem nenhuma intenção de formalização, seja pelo menos uma pequena contribuição para uma teoria semântica argumentativa, apesar de termos consciência de que não passa de uma possibilidade de interpretação dentro de um quadro teórico que envolve certos fatos relativos ao amplo mundo da enunciação.

N O T A S

I N T R O D U Ç ã o

1. Tal concepção levanta algumas contestações (cf. Ducrot 1972b, p. 9).

2. Na verdade, Ducrot (1972a) chama de sentido o que chamamos de significação e vice-versa. Baseamo-nos numa publicação anterior (Ducrot, 1969) e, por tratar-se apenas de uma questão terminológica, não lhe damos muita importância.

CAPÍTULO II

MESMO: ALGUMAS PROPOSTAS DE ANÁLISE

1. CHARLES FILLMORE E AS REGRAS DE ACARRETAR

Charles Fillmore (1965) faz uma crítica tanto à gramática transformacional, tal como a concebe Chomsky, - como às propostas teóricas da semântica interpretativa de Katz e Fodor (1964).

Entre outras coisas, Fillmore aponta particularmente para as falhas de Katz e Fodor que dizem respeito - aos chamados conceitos "relacionais" e às regras que denomina regras de "acarretar" (entailment rules).

Ao descrever estas últimas, diz que elas operam da seguinte maneira: há uma sentença x que não pode, por si mesma, ser interpretada pelas regras semânticas comuns (sugeridas por Fillmore para os conceitos relacionais). - Baseadas na estrutura gramatical de x, as regras de acarretar convertem x em uma série de sentenças y tais que cada uma dessas sentenças possa ser interpretada pelas regras semânticas comuns. Desse modo, a interpretação semântica da série de sentenças y será fornecida como a interpretação semântica da sentença x.

Mostra que uma das situações de acarretamento - envolve usos da palavra mesmo em dois exemplos¹; um de as serção simples, outro de construção comparativa,

Considerando inicialmente o enunciado:

(1) Ela lê até mesmo sânscrito,

diz que ele pode ser "fatorado" em dois outros enunciados, a saber:

(1a) Ela lê sânscrito.

(1b) Espera-se que ela não leia sânscrito.

Além disso, se o enunciado original fosse:

(2) Ela não lê nem mesmo sânscrito.

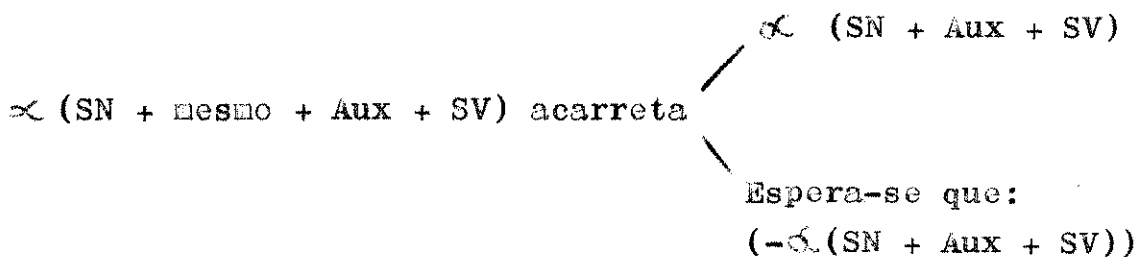
teríamos, segundo Fillmore, os enunciados:

(2a) Ela não lê sânscrito.

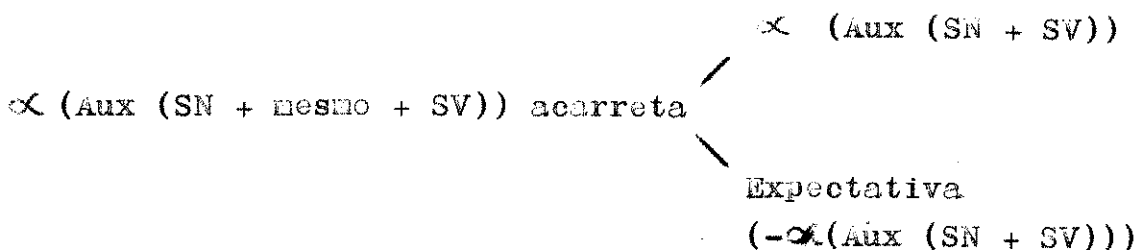
(2b) Espera-se que ela leia sânscrito.

Comparando (1b) e (2b), conclui que se o enunciado de origem é negativo, os enunciados do tipo (b) são positivos; se o enunciado de partida é positivo, o enunciado acarretado é negativo. Chamando tal propriedade de "troca-de-sinal", abstrai as propriedades gramaticais negatividade/positividade do enunciado, representando-as nas regras pela variável α com a convenção de que se α tem um dos dois valores acima, ($-\alpha$) tem o outro.

Dessa observação sobre mesmo chega, no final, à seguinte interpretação:



Utilizando a modalidade "expectativa", reescreve a sua regra da seguinte forma:



No caso de construção comparativa, elege os enunciados:

(3) João é maior que Pedro.

(4) João é até mesmo maior que Pedro.

Observa que, em (3), somente a altura relativa de João e de Pedro está em questão, podendo ambos serem gigantes ou de estatura média. Em (4), no entanto, a presença de mesmo acarreta que "Pedro é grande". Conclui, então, que (4) acarreta dois enunciados, a saber:

"João é maior que Pedro" e

"Pedro é grande".

Sem pretender discutir em detalhes os méritos da análise proposta por Fillmore, queremos dizer que o fato é

que ela, de certa forma, motivou outros linguistas para a análise semântica do elemento mesmo, quer para confirmá-la, quer para contestá-la.

A modalidade "expectativa", por exemplo, será aceita por Bruce Fraser, como veremos a seguir, e refutada por J. C. Anscombe. Ao mesmo tempo, como ainda veremos, - Fraser proporá que se interpretem os enunciados que representam, na análise de Fillmore, objeto da modalidade, como implicações no sentido de Austin², enquanto Anscombe os entenderá como pressuposição.

2. A ANÁLISE IMPLICATIVA DE BRUCE FRASER

Fraser (1971) toma como ponto de partida a posição de Chomsky (1969), segundo a qual a interpretação semântica de um enunciado pode ser determinada não só pelas informações de sua estrutura profunda, mas também pelas informações originárias da aplicação de transformações e de regras do componente fonológico.

Chamando tal posição de posição interpretivista, Fraser demonstra um certo ceticismo em relação a sua conveniência para dar conta dos fatos que envolvem o elemento mesmo.

Dá, então, uma orientação para seu artigo, que é uma tentativa de examinar os fatos do inglês que dizem respeito ao mesmo para depois tentar determinar até que ponto eles forçam a aceitação da posição interpretivista.

Preocupando-se inicialmente em apresentar um esquema geral para a interpretação do mesmo, mostra que sua ocorrência em um enunciado (inglês, no seu caso), ao invés de alterar a proposição de base, acrescenta dois novos aspectos a sua interpretação.

Considerando o enunciado:

(5) Mesmo João provou as calças.

pretende ver o efeito de mesmo sobre o seu escopo (grifado).

Diz que a interpretação de (5) é constituída de pelo menos três partes:

(5a) João provou as calças.

(5b) Outras pessoas provaram as calças.

(5c) O falante não espera, ou não espera que o ou vinte espere, que João tenha provado as calças.

sendo que (5a) constitui sua asserção principal, não afetada por mesmo, enquanto (5b) é considerado uma implicação de (5) (no sentido discutido por Austin), ao invés de receber

a etiqueta, normalmente aceita, de uma pressuposição. Da mesma forma, a terceira parte da interpretação de (5), - (5c), também é considerada como uma implicação.

Fraser observa ainda que o efeito de mesmo sobre o sujeito João permite que o ouvinte infira que o referente de João pode ser contrastado, dentro do contexto do resto do enunciado, com um conjunto de "enunciados-ocorrências" (tokens) semanticamente similares. Consequentemente, se o escopo de mesmo não permite um contraste com outro enunciado-ocorrência do mesmo tipo, enunciados como (6) e (7) são considerados inaceitáveis (o escopo de mesmo está grifado):

(6)* Até mesmo alguém já chegou.

(7)* Até mesmo quem gosta de cães.

Depois de apresentar esse quadro geral para a interpretação do mesmo, estende sua análise para uma série de construções sintáticas, como os enunciados comparativos, - alguns casos de conjunções, as condicionais concessivas, - algumas orações subordinadas e certos fenômenos envolvendo a referência pronominal.

O segundo passo de Fraser se traduz em uma discussão relativa à introdução do mesmo em estruturas senten-
ciais:

Coloca, então, a seguinte questão (p. 164):

"... o mesmo deve ser introduzido na estrutura profunda associado ao constituinte que lhe serve de escopo na estrutura de superfície, antes da aplicação de quaisquer transformações sintáticas; ou deve o mesmo ser associado a seu escopo em algum ponto (muito) ulterior na derivação, talvez até mesmo após a aplicação do componente fonológico?"

Assumindo a primeira posição, Fraser crê que a introdução do mesmo na estrutura profunda é a solução acertada.

Sua preocupação passa então a ser a de discutir as possíveis questões que tal posição venha a suscitar no decorrer da análise.

Sendo assim, caminha agora no sentido de apresentar algumas declarações gerais sobre as posições possíveis de mesmo em termos de seu escopo.

Diz que, em geral, mesmo ocorre imediatamente antes de seu escopo, sendo que há uma exigência de que o acento primário do enunciado ocorra nesse constituinte. Os exemplos que vêm a seguir ilustram a variedade de escopos de mesmo:

(8a) Pedro irá até mesmo convocar uma agitação -
(escopo = sentença).

(8b) Mesmo João foi mal no exame (escopo = sintagma nominal (SN) que funciona como sujeito).

(8c) Os meninos até mesmo destruíram a porta de vidro (escopo = sintagma verbal (SV)).

(8d) Paulo atirou até mesmo os jornais (escopo = SN objeto).

(8e) Podemos até mesmo ver Ilha Comprida (escopo = SN objeto).

(8f) Você não deve nem mesmo provar os cogumelos (escopo = verbo (V)).

Para resumir suas considerações podemos dizer - que, adotada a posição de que o mesmo é introduzido logo antes de seu escopo na estrutura profunda, ele deve mover-se para a direita quando seu escopo é uma sentença, pode mover-se tanto para a esquerda (ver (8e)) como para a direita (neste caso, para ser fiel à análise, já que não encontramos correspondente em português, mantemos o exemplo em inglês: He gave the book, even, to Mary.), em casos do escopo ser constituído de SN ou de sintagma preposicional, e permanece imóvel quando seu escopo é V ou SV. Os casos - vistos, porém, não colaboram para mostrar qualquer vantagem de se privilegiar antes a posição assumida por Fraser de que a posição interpretivista de Chomsky.

Sendo assim, Fraser tentará, numa etapa seguinte de análise, apresentar casos mais controversos, a saber, os casos de constituintes derivados por transformações, sobretudo pela transformação passiva.

Ainda testando a posição que assumiu, pretende saber se há constituintes na estrutura de superfície que, embora nascidos de transformações sintáticas, podem funcionar como escopo de mesmo.

Os fatos que apresenta como cruciais, no entanto, provocam flutuações de opiniões de aceitabilidade entre os falantes nativos, constituindo, assim, contra-exemplos de sua posição.

Portanto, se houver maneira mais evidente de mostrar que o constituinte derivado funciona como escopo de mesmo, a posição de Fraser correrá o risco de perder crédito para a posição interpretivista.

Num último passo, com a finalidade de evitar certos enunciados inaceitáveis que contêm mesmo, Fraser apresenta a noção de "contexto protegido" (CP).

Particularmente, argumenta que o escopo de mesmo vem a ser um CP, isto é, um constituinte do qual nenhuma parte pode ser extraída por transformações sintáticas. Para demonstração, utilizá-casos de transposição negativa, de "clefting", de expressões idiomáticas e de extraposição.

Entretanto, para os objetivos de nossa análise, tais questões não são essenciais.

Vistas essas duas propostas de análise, poder-se-ia dizer que, apesar dos pontos que as distinguem, elas têm algo em comum: nenhuma recorre à noção de argumentação para a análise do advérbio mesmo e, além disso, ambas, cada uma a seu modo, deixam de recorrer também à noção de pressuposição para a descrição semântica de tal elemento. As abordagens que se seguem têm para nós um interesse particular - justamente pelo fato de dispensarem à análise do mesmo um tratamento argumentativo e, ao mesmo tempo, pressuposicional.

3. PROPOSTAS ALTERNATIVAS DE ANÁLISE

Como já aludimos na Introdução, Ducrot procura validar a hipótese de que existe uma "função argumentativa" - de que muitos atos de enunciação são portadores, função essa que permite entender porque determinados enunciados podem conduzir o destinatário a determinada conclusão ou desviá-la dela.

Baseados nessa hipótese são também dois artigos - de J. C. Anscombe, um deles escrito com Ducrot, além de algumas considerações de Carlos Vogt.

Todas essas propostas de descrição semântica são reflexo da preocupação que o problema da significação, bastante complexo, tem suscitado no decorrer dos últimos anos.

Veremos, em primeiro lugar, a análise de J. C. Anscombe (1973) que, baseada na noção de pressuposição para a interpretação semântica do mesmo, lança já um fato fundamental ao mostrar que um enunciado como Mesmo Pedro veio só pode ser utilizado com a intenção de mostrar essa vinda como a prova essencial de alguma coisa (por exemplo, o sucesso de uma reunião).

3.1. A ANÁLISE PRESSUPOSICIONAL DE J. C. ANSCOMBRE

O objetivo principal de Anscombre é o de lançar - algumas considerações no âmbito de uma descrição interpreta- tiva dos enunciados franceses, baseando-se, como já se dis- se, na noção de pressuposição.

Ao observar que "même" pode ser utilizado com di- ferentes finalidades semânticas, seu primeiro passo é dis- tinguir o mesmo que particularmente lhe desperta o interes- se. Propõe-se a estudar o comportamento semântico do mesmo que aparece em enunciados do tipo (1); já visto:

(1) Ela lê até mesmo sânscrito.

Tal enunciado, diz ele, só é compreendido se se admite que a pessoa em questão lê outras línguas além do - sânscrito, inferência a que não se pode chegar se o enuncia- do não contém o elemento mesmo, a saber:

(1a) Ela lê sânscrito.

Como a presença do mesmo em (1) faz brotar elemen- tos semânticos novos, chama "excedente" (enchérissant) a - esse mesmo e diz que ele comporta um também.

Desse modo, Anscombre exclui de sua análise os mesmos que aparecem em enunciados do tipo:

(9) Maria deseja se hospedar não em Guarulhos, - mas em São Paulo mesmo.

(10) João construiu sua casa ele mesmo.

Diz que a presença do mesmo nesses enunciados tem por finalidade explicitar uma certa idéia de exclusão. As- sim, em (9), é dito que Maria quer se hospedar somente em São Paulo, excluindo não só tudo o que não é São Paulo, mas também os lugares que lhe são próximos. Em (10), a ocorrên- cia do elemento mesmo tem por objetivo impedir ao locutor - de pensar que outros além de João tenham participado da - construção da casa.

Tendo feito a eleição do mesmo de que irá tratar, seu segundo passo é apontar os elementos que tem por positi- vo e aqueles que considera insuficientes na interpretação - semântica do mesmo elaborada por Fillmore, da qual, espero, já demos as informações suficientes.

Tal abordagem, é claro, não é fortuita, já que, - como ele mesmo diz, pretende melhorar a descrição de Fillmo- re.

Após levantar algumas objeções a essa interpreta- ção, conclui que todas as dificuldades encontradas se origi- nam do fato de Fillmore considerar os enunciados independen-

temente das condições possíveis de enunciação; para este, - basta o conhecimento de um enunciado para se chegar a sua - significação precisa.

Caminhando para a apresentação do modelo, que pretende um ensaio de descrição semântica, sua preocupação agora é a de formular algumas hipóteses que tentará colocar em execução conforme for desenvolvendo sua análise.

Quer, em primeiro lugar, mostrar, através de alguns exemplos, que o mesmo em estudo pode ter diferentes interpretações, segundo as condições de enunciação. Sendo assim, crê pertinente para a interpretação do mesmo o lugar - que lhe cabe num enunciado, visto que dois enunciados, que se diferenciam somente pelo lugar desse elemento, admitem, conforme as condições de enunciação, a mesma interpretação ou interpretações distintas.

Para precisar essa idéia diz que, ainda que de maneira intuitiva e sem se levar em conta a situação de enunciação, é possível que dois enunciados, distintos somente pelo lugar que o mesmo preenche, apresentem informações diferentes.

Exemplifica através dos enunciados:

(a) Até mesmo Maria lê sânscrito.

(b) Maria lê até mesmo sânscrito.

Assim como para o francês, todo falante do português, neste caso, deverá admitir que (a) e (b) contêm, respectivamente:

(a') Outros além de Maria lêem sânscrito.

(b') Maria lê outras línguas além do sânscrito.

Por outro lado, dois enunciados, que se diferenciam ainda somente pelo lugar do mesmo e se acham dentro - das mesmas condições de enunciação, podem apresentar os mesmos efeitos semânticos.

Considera os exemplos:

(11) Tinha saído com Ana, Lúcia e Cláudia: tinha saído até mesmo com Maria.

(12) Tinha saído com Ana, Lúcia e Cláudia: tinha até mesmo saído com Maria.

Sem poder formular ainda nenhuma lei geral, apresenta mais dois exemplos:

(13) Pedro lavou a cozinha, a copa, a sala: ele lavou até mesmo o banheiro.

(14) Pedro ladrilhou a cozinha, encerou a copa, - pintou a sala: ele lavou até mesmo o banheiro.

Diz então que esses enunciados parecem comportar,

respectivamente, os elementos!

(13a) Pedro lavou a cozinha, a copa, a sala, o banheiro.

(14a) Pedro ladrilhou a cozinha, encerou a copa, pintou a sala, lavou o banheiro!

(13b) O fato do banheiro fazer parte dos cômodos que lavou é mais significativo do que o fato de que, entre os cômodos que Pedro lavou esteja a cozinha, a copa e a sala.

(14b) O fato de Pedro ter lavado o banheiro é - mais significativo que o fato dele ter ladrilhado a cozinha, etc..

Observa então que (13) trata dos cômodos que Pedro lavou, enquanto (14) trata daquilo que Pedro fez na casa. - Embora nesses dois exemplos se encontre o mesmo enunciado - "ele lavou até mesmo o banheiro", os efeitos semânticos que mesmo suscita são diferentes. Nota também que, no enunciado (13), está em destaque o segmento banheiro, enquanto em (14), o segmento lavar o banheiro.

Essas observações permitem a Anscombe a formulação de sua primeira hipótese. Permitindo-nos chamá-la a hipótese do "mesmo recai sobre ..." (même porte sur ...), podemos especificá-la da seguinte forma: a interpretação semântica dos enunciados acima parece mostrar que o mesmo é mais particularmente ligado a um certo segmento do enunciado, o qual pode ser ou não determinado pela ordem das palavras.

Em seguida, chamando de "escopo" os segmentos sobre os quais o mesmo pode recair, mostra que ele pode ser bastante variado, mesmo num único enunciado. Como não há - critérios sintáticos específicos para determiná-lo, Anscombe diz ser possível determinar a categoria sintática de tais segmentos.

Retomando os exemplos (13) e (14) vistos acima, - nos quais a frase que contém mesmo se opõe a uma frase anterior, mostra que o segmento que é escopo de mesmo contrasta com os segmentos desse enunciado anterior. Assim, em (13), banheiro contrasta com cozinha, sala, copa. Em (14), lavar o banheiro contrasta com ladrilhar a cozinha, encerar a copa, pintar a sala.

Como os segmentos anteriores pertencem à mesma categoria sintática do segmento que é escopo de mesmo, conclui que esse fato é a condição, pelo menos necessária, para se determinarem os segmentos anteriores, mesmo que estes estejam implícitos.

Tais observações levam Anscombe a levantar sua segunda hipótese (p. 50):

"(1.1) temos a nossa disposição uma sintaxe constituída que nos permite, entre outras coisas, determinar a natureza sintática do segmento sobre o qual recai mesmo, e igualmente se tal segmento pertence ou não à mesma classe sintática."

Neste instante, Anscombe efetua a etapa mais importante de sua análise: propõe o modelo propriamente dito, fazendo-o de uma maneira bastante coerente e organizada, - dando pequenos passos até chegar a expô-lo realmente.

Inicialmente sua preocupação é a de recordar algumas noções que considera fundamentais: as noções de posto, pressuposto e subentendido.³

Em segundo lugar, anuncia as hipóteses que considera de base, a saber, sentido e significação.

Retomando importantes abordagens da teoria de O. Ducrot (1972a), esquematiza seu procedimento da seguinte forma:

1. Constituição de uma metalinguagem artificial $\mathcal{L}$.

2. Definição sobre essa metalinguagem das relações formais $R'_1, R'_2, R'_n \dots$. Diremos que teremos definido uma relação formal R de $\mathcal{L}$ se tivermos construído um cálculo que permita dizer se dois enunciados quaisquer, $\underline{e}$ e $\underline{e}'$ de $\mathcal{L}$, estão na relação R .

3. Estabelecimento de uma descrição semântica - tal que a todo ato de enunciação α ela associará uma fórmula φ de $\mathcal{L}$.

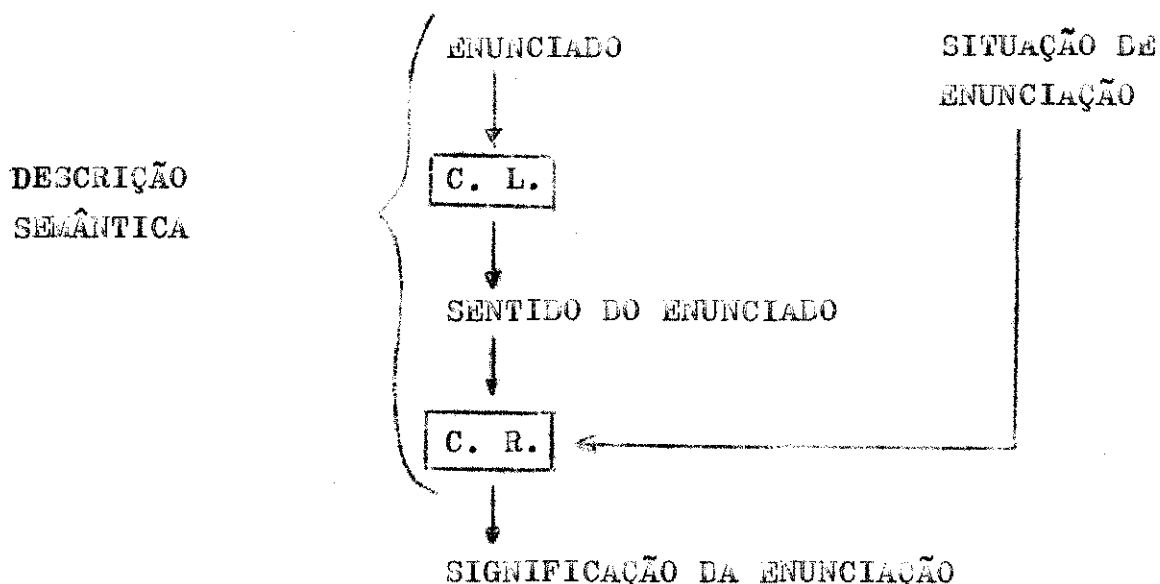
4. Estabelecimento de uma correspondência entre as relações formais de $\mathcal{L}$ e as relações intuitivas. Sejam φ_1 e φ_2 as fórmulas de $\mathcal{L}$ associadas pela descrição semântica respectivamente aos atos de enunciação α_1 e α_2 : diremos que a relação formal R' (de $\mathcal{L}$) representa a relação intuitiva R (do francês) se:

$\alpha_1 R \alpha_2$ se e somente se $\varphi_1 R' \varphi_2$.

Em seguida, faz a hipótese de que a descrição semântica é feita de dois componentes, o componente linguístico e o componente retórico, esquematizando o processo - que segue tal descrição para chegar à significação dos atos de enunciação.

Tal esquema é baseado em Ducrot, a saber:

F I G U R A 1



Anscombe, porém, não crê que o sentido de um enunciado seja totalmente alheio às situações em que pode - ser pronunciado. Ao contrário, afirma que ele pode conter - algumas variáveis situacionais r_1 que tomarão seu valor no componente retórico.

Finalizando essas considerações preliminares, alu de à função do componente linguístico, que é a de fornecer os postos e os pressupostos, e à função do componente retórico, ou seja, a de fornecer os subentendidos.

Agora, preste a expor o seu modelo, Anscombe é inspirado para o sentimento de que as enunciações que contêm o mesmo em estudo são pronunciadas para fins de argumentação. Diz ele (p. 53):

"O locutor procura provar ao interlocutor a verdade de uma certa asserção; ele invoca, para esse - fim, explícita ou implicitamente, um certo número de argumentos dos quais um, que ele põe em relevo com a ajuda de mesmo, lhe parece ter mais força - que os outros, ser a melhor prova daquilo que ele avança."

Tomando essa observação como hipótese, é conduzido à seguinte interpretação semântica:

Seja e um enunciado assertivo que contém mesmo, s um segmento contínuo de e que contém esse mesmo. Obtém-se:

--- $x_1 = x$ --- mesmo

--- $x_2 = e$ --- s

Afirma agora que, se o mesmo pode recair sobre x_1 ,

chega-se à interpretação do enunciado e da seguinte maneira: considera as proposições:

(I) x_2x_1

(II) $(\exists r_0 \neq x_2x_1)$ tal que x_2x_1 é um argumento para r_0 (há um enunciado r_0 diferente de x_2x_1 tal que x_2x_1 é um argumento para r_0).

Chama-se então S a classe dos segmentos x diferentes de x_1 , pertencentes à mesma categoria sintática de x_1 e tais que, para cada um dos segmentos x , x_2x é um argumento para r_0 . Então:

(III) $(\exists x_0 \in S)$ tal que x_2x_0 (há um elemento x_0 de S tal que se tem x_2x_0).

(IV) $(\forall x \in S)$ x_2x_1 é um argumento para r_0 melhor que x_2x (para todo elemento x de S , x_2x_1 é um argumento melhor que x_2x).

Diz ainda que o enunciado e tem (I) por posto, e pressupõe (II), (III), (IV) e também os pressupostos de (I).

Seu passo seguinte será abordar o modelo através de alguns exemplos.

Escolhe então a forma do que chama contexto canônico da enunciação, a saber:

$(r * p * q \text{ (mesmo)})$

onde r é a tese sustentada, p é uma série de argumentos ditos para apoiar r e q é o enunciado que pretende analisar, isto é, o argumento final. A notação $q(\text{mesmo})$ significa somente que q é marcado por mesmo e que mesmo aparece em qualquer parte do interior da cadeia q , continua Anscombe. O símbolo $*$ indica a separação entre as três partes e muitas vezes toma forma por um processo entonatório ou pelo emprego de conjunções como ou, e, mas, etc.

Considera agora o seguinte exemplo:

(15) Maria é muito instruída: ela lê hebraico, latim, grego antigo, ela lê até mesmo sânscrito.

Encaixando-o no caso ideal (diz "ideal" porque p e r são explícitos na enunciação, o que nem sempre ocorre) de contexto canônico, obtém:

r = Maria é muito instruída.

p = ela lê hebraico, latim, grego antigo

q (mesmo) = ela lê até mesmo sânscrito

Sua preocupação passa então a ser a de analisar o enunciado do tipo (1) visto:

(1) Ela lê até mesmo sânscrito.

Supondo que o escopo de mesmo é o segmento sânscrito, diz obter, na saída do componente linguístico o senti-

do de (1), sob a seguinte forma:

P: (I) ela lê sânscrito

PP: (II) existe r_0 tal que "ela lê sânscrito" é um argumento para r_0 e $r_0 \neq$ "ela lê sânscrito"

(III) existe $x_0, x_0', x_0'', x_0''', \dots$, diferentes de "sânscrito", da mesma categoria sintática de "sânscrito", e "ela lê x_0 ", "ela lê x_0' ", etc..

(IV) o fato dela ler sânscrito é um argumento para r_0 melhor que o fato dela ler $x_0, x_0', x_0'', \dots$, etc..

O componente retórico, com a entonação da situação de enunciação, fixa as variáveis e leva a:

r_0 = Maria é muito instruída

x_0 = hebraico

x_0' = latim

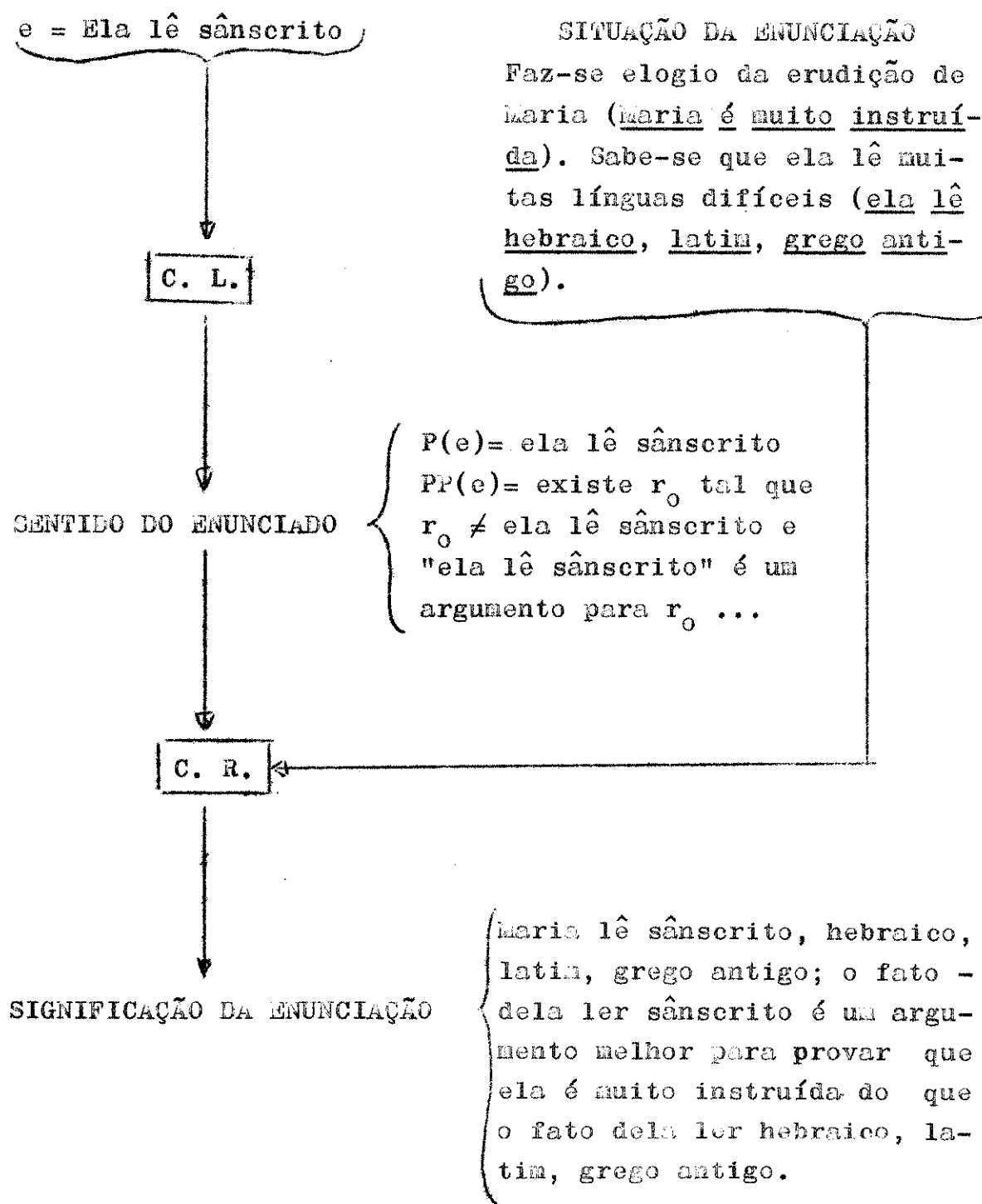
x_0'' = grego antigo

Consequentemente, afirma Anscombe, sua descrição semântica autoriza-nos a tirar, para a ocorrência do enunciado (1) em (15), a seguinte significação:

"Maria lê sânscrito, hebraico, latim, grego antigo; o fato dela ler sânscrito é um argumento melhor para provar que ela é muito instruída do que o fato dela ler hebraico, - latim, grego antigo."

Esquematiza todo esse procedimento da seguinte maneira:

F I G U R A 2



Depois disso, Anscombe descreve mais alguns exemplos para, finalmente, estender seu modelo, verificando-lhe a adequação, por exemplo, em casos de enunciados que contêm même pour (mesmo para), valoir mieux que (valer mais que), como também em casos de enunciados em que mesmo se acha em relação com os chamados quantificadores (um, os, alguns, todos, certos). Examina ainda os enunciados relativos e em seguida, vasculhando a negação, mostra as relações semânticas entre même, même pas, quand même, quand même pas.

Sem entrar nos detalhes de sua análise, queremos, no entanto, evidenciar o seu grande valor no âmbito de uma descrição semântica.

Antes de mais nada, faremos algumas observações - com respeito à tomada de posição de Anscombe em relação a Fraser. Se bem nos lembramos, Fraser, ao considerar um enunciado do tipo (5):

(5) Mesmo João provou as calças.

dá-lhe a seguinte interpretação:

(5a) João provou as calças

(5b) Outras pessoas provaram as calças

(5c) O falante não espera, ou não espera que o ouvinte espere, que João tenha provado as calças.

A não ser pelo elemento (5c), que Anscombe praticamente abole de sua análise, refutando-o já em Fillmore (cf. Anscombe 1973, pg 46) podemos dizer que elas têm em comum o fato de - considerarem um elemento como (5b), (cf. Anscombe 1973, p. 47: "Mesmo Maria lê sânscrito" contém o elemento "Outras pessoas, além de Maria, lêem sânscrito").

Queremos, no entanto, lembrar que, enquanto Fraser confere a esse elemento o status de uma implicação, Anscombe elege o da pressuposição linguística.

A tentativa de resolução dessa questão servirá como um dos principais incentivos para o nosso estudo do mesmo, como veremos no próximo capítulo.

Antes de fazer os quaisquer outros comentários, - convém expormos algumas considerações de Austin (1962). Comparando alguns casos de implicação e de pressuposição, ele procede da seguinte maneira:

a) Implicar:

Se p implica q, então ~q implica ~p. Exemplifica: se "O gato está sobre o capacho" significa que "O capacho está sob o gato", então "O capacho não está sob o gato" implica que "O gato não está sobre o capacho". Sendo assim, diz - que a verdade de sua proposição implica, neste caso, a verdade de uma outra; ou ainda, a verdade de uma proposição é incompatível com a verdade de outra.

b) Pressupor:

Exemplifica: "Todos os filhos de João são calvos" pressupõe que João tem filhos. Não poderíamos dizer: "Todos os filhos de João são calvos, mas João não tem filhos".

Para diferenciar a pressuposição da implicação, argumenta da seguinte forma: se "Os filhos de João são calvos" pressupõe que João tem filhos, não é verdade que o fato de -

João não ter filhos pressupõe que os filhos de João não são calvos. Além disso, tanto "Os filhos de João são calvos" como "Os filhos de João não são calvos" pressupõem que João tem filhos; ao contrário, não é verdade que "O gato está sobre o capacho" e "O gato não está sobre o capacho" implicam que o gato esteja sob o capacho.

Não podemos ainda decidir se nossa análise será baseada na hipótese pressuposicional ou implicativa: a submissão do enunciado (5) à interrogação mantém intacta a idéia de que "Outras pessoas provaram as calças". O mesmo não parece ocorrer, porém, com o caso da negação. Isso será objeto de nossa análise.

O que queremos, no entanto, realçar da obra de - Anscombe é o fato dele ter atribuído ao mesmo certas propriedades fundamentadas na técnica argumentativa. Diz ele , à página 56:

" (...) o mesmo, cujas propriedades semânticas estudamos, nos parece ter sua razão de ser na técnica argumentativa: para provar o fundamento de uma certa asserção, o locutor desenvolve uma série de argumentos dos quais um lhe parece dever forçar a adesão do interlocutor e do qual ele faz realçar a força polêmica pelo emprego do mesmo."

O próprio Ducrot (1973a, p. 227), referindo-se a essa forma de tratamento do mesmo, nos revela que:

"Se a análise de Anscombe está exata, o advérbio mesmo (...) testemunhará que a utilização argumentativa da língua, longe de ser-lhe adicionada, está inscrita nela mesma, é prevista em seu organismo interno."

Prosseguindo agora na apresentação das propostas alternativas de análise, iremos nos deter particularmente em Ducrot, cuja consciência da necessidade de elaborar uma forma de - descrição semântica levou-o a escrever artigos e livros que foram constituindo as fases de elaboração de toda uma sistemática de procedimento semântico, culminando com o artigo - "L'Argumentation dans la Langue".

São essas fases que nos esforçaremos por acompa-
nhar.

3.2. DUCROT: OS IMPLÍCITOS DA LINGUAGEM E A DESCRIÇÃO SEMÂNTICA DE UMA LÍNGUA.

Numa primeira etapa, procuraremos nos colocar na perspectiva teórica de Ducrot, apresentada no livro Dire et Ne Pas Dire (Ducrot, 1972a).

Desde Saussure, é comum afirmar-se que a língua tem por função primordial a comunicação. O fato da língua poder estabelecer certas relações entre os indivíduos, permitindo, por exemplo, que, no diálogo, um atue sobre o outro, é tido como uma função secundária.

Ducrot, porém, é adepto da concepção de que determinados tipos de relações intersubjetivas dependem totalmente da língua, constituindo uma de suas principais funções.

É nesse sentido que o estudo de Benveniste sobre a intersubjetividade na língua, já aludido na Introdução, é fundamental: os pronomes pessoais marcam a presença da intersubjetividade no interior mesmo da língua.

Nesta mesma linha se instauram os trabalhos dos filósofos da linguagem, sobretudo os trabalhos de Austin, que revelam a existência de atos de linguagem tão pertinememente lingüísticos quanto o ato de informar.

Para Ducrot, não mais se pode definir a língua somente como um instrumento de comunicação. Ela passa a ser entendida como um jogo, ou melhor, ela passa a fixar as regras de um jogo a que os interlocutores obedecem incessantemente no exercício da fala.

É nesse sentido que aparece a concepção geral sobre a pressuposição lingüística.

Ducrot assim se expressa na página 5 do livro em questão:

"Nossa tese principal será que o fenômeno da pressuposição (...) faz aparecer, no interior da língua, todo um dispositivo de convenções e de leis que se deve compreender como um quadro institucional que regula o debate dos indivíduos."

Passa então a fazer a análise de vários tipos de implícito da linguagem, os quais constituem, ao lado do sentido literal de um enunciado, a sua significação. Para descrever o conteúdo semântico de uma frase, Ducrot acha necessário que se torne explícito não só o que ela diz, mas também a combinação que institui entre certas indicações ex-

pressas e outras somente pressupostas.

Distingue duas categorias de implícito: o implícito do enunciado e o implícito da enunciação.

O primeiro diz respeito a um procedimento de apresentar, no lugar dos fatos que não se quer explicitar, ou - outros fatos, os quais podem aparecer como a causa ou a consequência dos primeiros. Assim, por exemplo, o enunciado "João veio me ver, logo ele está sem dinheiro" é dito para fazer - entender que "João só me procura por interesse". Em casos - como esse, o raciocínio adquire a forma de um silogismo.

O implícito baseado na enunciação, por sua vez, - nos leva ao chamado subentendido do discurso, o qual tem origem numa espécie de raciocínio do ouvinte sobre a própria legitimidade do ato de enunciação realizado pelo locutor, e não sobre o que realmente foi dito. Nesse caso, a situação em - que ocorre o enunciado é atuante. Consideremos, por exemplo, o caso de uma aula, já muito prolongada, em que o aluno diz:

"São seis horas."

e os demais compreendem que tal enunciado significa:

"É hora de sair."

Além dessas formas de implícito discursivo, dedica a maior parte de Dire et Ne Pas Dire à noção de pressuposição linguística, forma de implícito que ele considera do enunciado e que é discutida exaustivamente no sentido de mostrar que a pressuposição se constitui também num ato de - pressupor, diferentemente das noções de Strawson e Frege, - também discutidas no livro em questão.

As línguas naturais têm a característica de apresentar seu conteúdo semântico através de duas formas distintas, que Ducrot denomina posição e pressuposição. Considerando um enunciado como:

(16) Pedro sabe que João virá.

duas indicações semânticas, situadas no mesmo nível de discurso, são perceptíveis:

(16a) É verdade que João virá.

(16b) Pedro sabe que João virá.

(16b) constitui a informação que (16) fornece ao seu interlocutor, ao passo que (16a) é, ao contrário, pressuposta: (16) só pode ser emitida por um locutor que suponha que seu ouvinte está sabendo da vinda de João. Caso contrário, uma espécie de deontologia implícita permitiria ao ouvinte zombar do modo como o fato lhe foi relatado.

Pode-se dizer, então, que os pressupostos de um enunciado constituem um conjunto de idéias e de crenças que

se supõem comuns aos interlocutores e em relação às quais se organizam as informações que o enunciado veicula.

Ducrot estabeleceu alguns critérios que permitem - validar a distinção entre o elemento posto e o elemento pressuposto de um enunciado.

Assim, considerando o enunciado:

João continua a escrever crônicas.

verificamos que ele possui, como pressuposto (PP):

"João escrevia crônicas".

e como posto (P):

"João escreve crônicas".

Para prová-lo, basta submetermos o enunciado à interrogação e verificamos que somente o posto sofre o efeito dessa transformação. Assim:

João continua a escrever crônicas?

comporta os elementos!

PP: "João escrevia crônicas".

P: "João escreve crônicas?".

Isso ocorre também se submetemos tal enunciado à negação.

Um outro critério é pertinente: quando queremos - relacionar o enunciado em questão com outro enunciado, através de uma conjunção subordinativa ou coordenativa, verificamos que tal encadeamento se assenta somente sobre o posto. Assim, no enunciado:

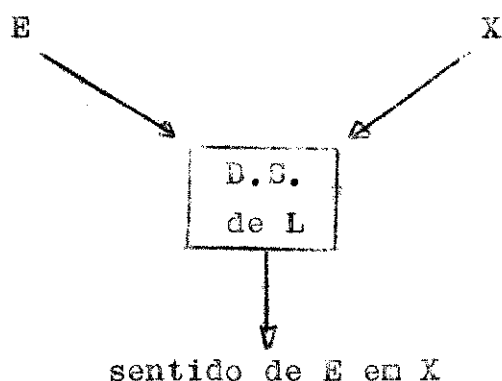
João continua a escrever crônicas, apesar de ganhar tão pouco com isso.

o elemento pressuposto não é afetado!

Vemos então que, enquanto o pressuposto faz parte da significação implícita de um enunciado, o posto constitui sua significação explícita.

Resta-nos precisar aqui o que Ducrot entende por descrição semântica (por abreviação, D.S.) de uma língua. Para ele, tal noção abrange um conjunto de conhecimentos - que permitem prever o sentido que cada enunciado da língua efetivamente recebe em cada uma das situações em que é empregado. Assim, seja E um enunciado da língua L, e X, uma situação de emprego: a descrição de L deve dar o sentido de E empregado nas circunstâncias X. Chega então ao esquema:

F I G U R A 3

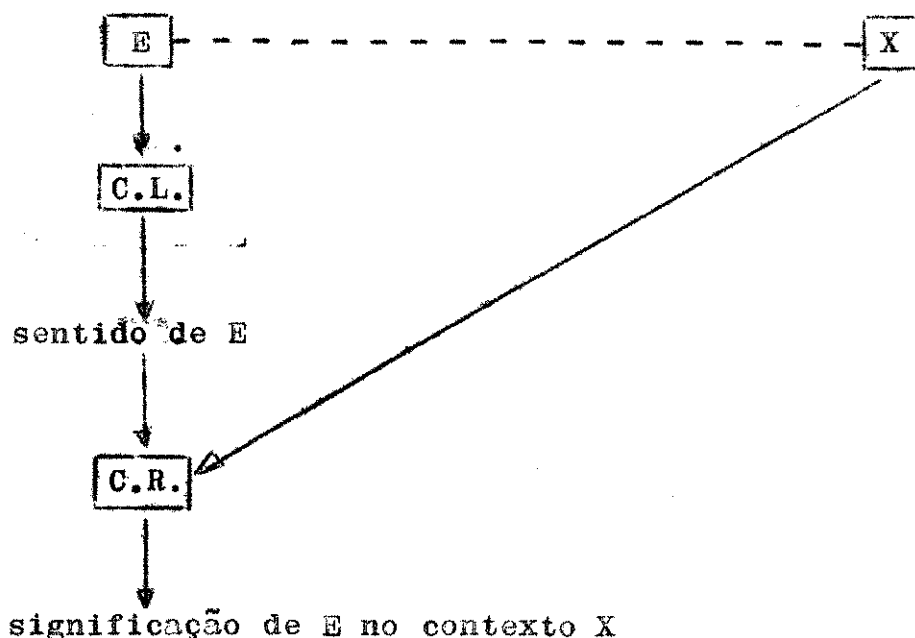


Os conhecimentos compreendidos da D.S. são, porém, bastante diversos e heterogêneos, pois abrange não só os conhecimentos estritamente lingüísticos, mas também os conhecimentos psicológicos, sociológicos e até mesmo retóricos.

Para poder colocar um pouco de ordem na D.S., Ducrot lança uma hipótese que considera fundamental: o retângulo acima deve ser dividido em dois componentes distintos: o componente lingüístico (C.L.), que descreve o enunciado - independentemente da situação e lhe dá uma primeira interpretação, que Ducrot denomina seu "sentido", e um segundo componente, chamado retórico (C.R.) que leva em consideração não só esse sentido, mas também as circunstâncias em que um enunciado é pronunciado, a fim de prever a sua "significação" (cf. nota 2, do capítulo I).

Representa tal hipótese pelo esquema:

F I G U R A 4



Tanto o elemento posto, como o elemento pressuposto de um enunciado se atualizam no nível do sentido. Sendo assim, cabe ao C.L. produzi-los.

Já no nível do C.R. intervêm algumas leis do discurso, como a litote ou eufemismo, a chamada lei da exaustividade e também a lei da informatividade. Tais leis permitem prever o subentendido, constituindo assim formas de implícito discursivo.

Finalizando essas considerações, queremos observar que, quer se trate de implícitos discursivos, quer de fenômenos de posição ou de pressuposição, cabe à D.S. poder explicá-los para que alcance seus objetivos, ou seja, para que reproduza os mecanismos que permitem que o falante de uma língua qualquer estabeleça relações entre um certo ato de enunciação e outras enunciações possíveis nessa língua.

Mas relações como a de implicação, de sinonímia, de exaustividade e outras encontram nos limites da língua a sua explicação suficiente?

O próprio Ducrot responde a isso no decorrer de sua descrição semântica, como veremos logo abaixo.

3.3. DUCROT E AS ESCALAS ARGUMENTATIVAS

O artigo "Les Échelles Argumentatives", (Ducrot, 1973a), compõe uma segunda etapa, pode-se dizer, da análise semântica de Oswald Ducrot.

Vimos que em Dire et Ne Pas Dire ele analisa diversas formas de implícito da linguagem, detendo-se particularmente num dos implícitos do enunciado, a pressuposição. Dessa forma, introduz, na própria língua, alguns elementos que, ligados à enunciação, poderiam ser considerados como variação da fala, numa abordagem mais tradicional.

Utilizando algumas palavras de Carlos Vogt (1977, p. 33)⁴, poderíamos dizer que já se trata de um "estruturalismo da fala ou do discurso, no qual a estrutura do sentido deverá ser concebida como o conjunto das relações que se instituem, na atividade da língua, entre os indivíduos que a utilizam".

No presente capítulo, Ducrot vai ainda mais longe, estabelecendo, através da relação entre enunciados, relações de intersubjetividade que a função argumentativa da língua efetivamente revela.

O objetivo principal de Ducrot será mostrar que a

função argumentativa da língua está inscrita nela mesma e não apenas na variedade de usos que dela se pode fazer.

Numa primeira fase, o artigo reflete uma preocupação de ordem metodológica: fornecer algumas definições básicas.

Eis as noções que define:

a) classe argumentativa (por abreviação, C.A.): diremos que um locutor, isto é, um sujeito falante inserido em uma situação de discurso particular, coloca dois enunciados p e p' na C.A. determinada por um enunciado r se ele considera p e p' como argumentos em favor de r .

Ilustra: se supusermos que os enunciados Pedro veio e Paulo veio levam à conclusão A reunião foi um sucesso, então esses enunciados pertencem à C.A. determinada por tal conclusão.

Observa que p e p' devem ser considerados como argumentos em favor de r , sem com isso constituírem provas irrefutáveis⁵.

b) escala argumentativa (E.A.): visando a estabelecer uma relação de orden entre os argumentos, Ducrot define E.A. da seguinte maneira:

"Suponhamos que um locutor coloque p e p' na C.A. determinada por r . Diremos que ele toma p' como um argumento superior a p (ou nais forte que p) - em relação a r se, aos olhos desse locutor, aceitar concluir de p a r implicar que se aceite concluir de p' a r , a recíproca não sendo verdadeira."

Dá a seguinte representação para E.A.:



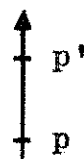
Esta definição permite que Ducrot exponha uma descrição do mesmo. Diz que um enunciado do tipo p ou (e) mesmo p' pressupõe que existe um certo r que determina uma escala argumentativa em que p' é superior a p .

Exemplifica: quando se diz de um indivíduo que Ele tem o mestrado e (até) mesmo o doutoramento, pressupõe-se - que uma certa conclusão (a competência do indivíduo, ou seu conformismo) pode ser acreditada por esses dois títulos ao mesmo tempo, e mais pelo segundo que pelo primeiro.

Essas duas definições dizem respeito aos atos de enunciação. Neste instante, Ducrot procura chegar a uma noção

mais geral, relativa aos enunciados como tais. Tal noção é a de escala argumentativa absoluta.

c) escala argumentativa absoluta: diremos que o enunciado p' é mais forte que p se toda classe argumentativa que contém p contém também p' e se p' é sempre superior a p . Representa tal noção pelo esquema:



Vistas estas definições, o segundo passo de Ducrot é no sentido de examinar vários fenômenos sintático-semânticos, como o da negação e o da implicação, que podem ser tratados com a ajuda das escalas argumentativas.

Detendo-se, em primeiro lugar, na negação, considere várias leis relativas a ela. Como iremos utilizá-las na nossa análise, guardamos sua explicitação para ela, a fim de evitarmos repetições que se poderiam tornar cansativas.

Generalizando a descrição da negação, Ducrot tece algumas observações. Privilegiamos aquela que diz respeito ao advérbio ainda (encore, em francês), introduzida para mostrar que a descrição feita da negação não concerne somente à negação explícita (exprimida por morfemas como não), mas também à negação implícita, incorporada nos subentendidos ou pressupostos dos enunciados indiretamente negativos.

A descrição do elemento ainda (ex: Estou ainda meio cansado de minha viagem) é assim efetuada: todo enunciado do tipo X está ainda no estado E no momento t indica, ao mesmo tempo:

P: "X está no estado E em t"

PP: "Num momento ulterior t_x , X não estará no estado E".

O segundo fenômeno sintático-semântico que serve de estudo para Ducrot é o da implicação.

Inicialmente, diz que não se trata de descrever este ou aquele morfema particular, como, por exemplo, o se (si em francês), que tem outras funções além de marcar um elo de implicação.

Seu objetivo, na verdade, é estudar não só certas condições gerais que devem ser preenchidas para que uma expressão seja interpretada de maneira implicativa, como também certos fenômenos ligados a essa interpretação.

As teses que irá defender a propósito do se estão

relacionadas ao componente retórico, já que propôs, no livro Dire et Ne Pas Dire, que a interpretação implicativa do se - se opera nesse componente:

1. Primeira Tese

O se, numa frase interrogativa, admite, conforme o contexto, duas interpretações: implicativa ou concessiva. A questão:

Você virá se fizer sol?

pode ser parafraseada em:

a) "O sol será suficiente para fazê-lo vir?"

("O sol implicará na sua vinda?")

b) "O sol não impedirá sua vinda?"

("Você virá mesmo que faça sol?")

Maiores detalhes dessa tese serão dados no capítulo IV, o que os torna dispensáveis por enquanto.

2. Segunda tese

A segunda tese diz respeito às relações entre a força argumentativa de uma implicação e a força argumentativa das proposições que a constituem.

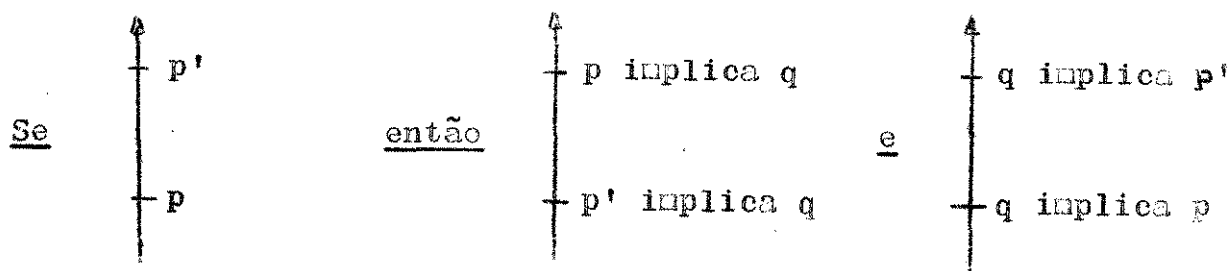
Ducrot a subdivide em dois princípios:

a) T1 - Se p' é mais forte que p , " p implica q " é mais forte que " p' implica q ".

b) T2 - Se p' é mais forte que p , " q implica p' " é mais forte que " q implica p ".

Representa-os:

F I G U R A 5



Para ilustrar tais princípios, Ducrot considera inicialmente as implicações exprimidas por É preciso ou É suficiente (Basta).

Seus passos para ilustrar T1 são:

a) dado que está frio (p') é argumentativamente superior a está fresco (p) e tomando-se essas duas proposições como antecedentes da implicação, obtêm-se (17) e (17'):

(17) É suficiente que esteja frio para que Pedro vá embora.

(17') É suficiente que esteja fresco para que Pedro vá embora.

b) admite-se que (17') é mais forte que (17), como prevê T1. Para provar isso, usa-se o critério do mesmo. Pode-se facilmente continuar (17) com (17'), introduzindo-lhe mesmo:

É suficiente que esteja frio e até mesmo fresco para que Pedro vá embora.

Mas não se pode seguir a ordem inversa e dizer:

* É suficiente que esteja fresco e até mesmo frio para que Pedro vá embora.

Para ilustrar T2, procede-se da mesma maneira, substituindo-se, porém, É suficiente por É preciso.

a) está frio é superior a está fresco e são tomadas como consequentes da implicação. Obtêm-se (18) e (18'):

(18) É preciso que esteja frio para que Pedro vá embora.

(18') É preciso que esteja fresco para que Pedro vá embora.

b) Admite-se agora que (18') é mais forte que (18) como prevê T2. Para prová-lo, o critério do mesmo se faz novamente necessário. Pode-se substituir uma sequência como:

É preciso que esteja fresco e até mesmo frio para que Pedro vá embora.

Mas dificilmente se diz:

* É preciso que esteja frio e até mesmo fresco para que Pedro vá embora.

Portanto, quando está frio e está fresco funcionam como consequentes da implicação, deparamo-nos com uma ordem argumentativa inversa daquela observada acima, declara Ducrot.

Outra preocupação de Ducrot é no sentido de explicar porque evitou, na sua análise, as implicações marcadas por se. Justifica-se dizendo que elas tornariam difícil a ilustração das teses T1 e T2 devido à ambigüidade inerente ao sintagma mesmo se: um enunciado do tipo Mesmo se p, q pode ser compreendido quer como Mesmo (se p, q), quer como (mesmo se p), q (onde mesmo se é uma conjunção concessiva). -

Portanto, não poderíamos ter uma ilustração clara de T1.

A teoria das escalas argumentativas, tal qual foi apresentada, provocou algumas reações e dúvidas. Procurando amenizá-las, para não dizer eliminá-las, Ducrot, juntamente com Anscombe (1977), fez recentemente uma revisão dessa teoria, revisão essa que acarretou em modificações, sobretudo de ordem metodológica, e que tomou a forma de um artigo: "L'Argumentation dans la Langue". É a ele que dedicaremos as páginas que vêm a seguir.

3.4. ANSCOMBRE, DUCROT E A ARGUMENTAÇÃO

Anscombe e Ducrot expõem de imediato seus objetivos: reformular a idéia básica da teoria das escalas argumentativas e, em seguida, tentar integrá-la em uma concepção de conjunto da descrição semântica, procurando ver suas relações com a noção de pressuposição.

A primeira preocupação consiste em uma colocação do quadro geral em que se situa o artigo: os autores indagam da oposição entre a semântica e a pragmática.

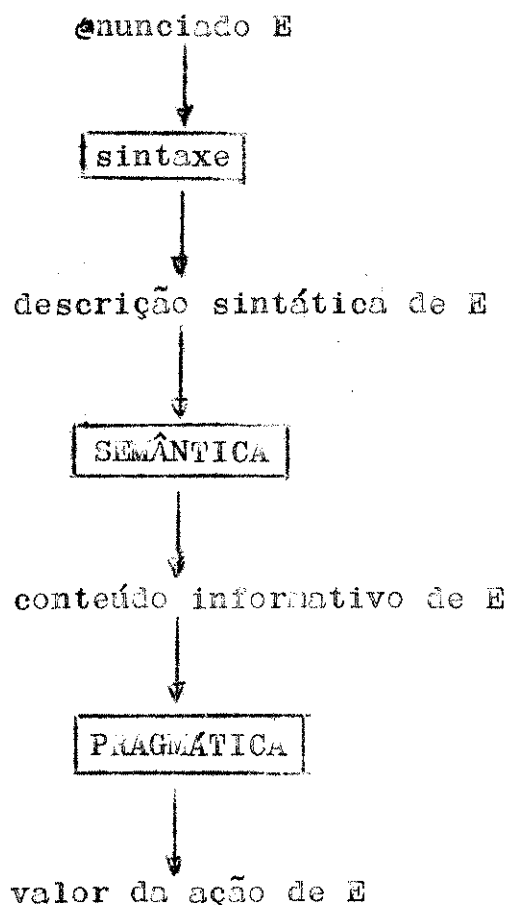
Abordando os estudos dos neo-positivistas, privilegiam as pesquisas de Charles W. Morris (1948), o qual propôs o estudo de uma língua, natural ou artificial, em três níveis: nível sintático, nível semântico (o ponto de vista semântico se confunde com o estudo do valor informativo: um enunciado informa que certas condições permitem tomá-lo por verdadeiro) e nível pragmático (onde o emprego de uma frase é considerado como um fenômeno interindividual).

O presente artigo, sem contestar a tripartição proposta, coloca em dúvida a ordem em que se devem tratar as questões que cada nível levanta.

A ordem normalmente aceita é a linear: começa-se pela sintaxe, passa-se para a semântica e depois para a pragmática.

Considerando uma de suas possíveis formas, esquemmatizam-na:

F I G U R A 6



No que diz respeito aos dois últimos níveis, a teoria neo-positivista alega que um signo só age através daquilo que informa, isto é, certas palavras ou torneios só podem produzir algum efeito em virtude das informações que carregam.

Tal concepção vem contrastar com a de Ducrot e Anscombre, para os quais a maioria dos enunciados contém certos traços que determinam seu valor pragmático independentemente de seu conteúdo informativo. Esses traços apresentam suas marcas na estrutura sintática do enunciado.

Com base nesses argumentos, o artigo chega a sua hipótese diretriz: não se pode estabelecer uma ordem linear entre a semântica e a pragmática.

Vários fenômenos, que contribuem para prová-la, levam à conclusão de que não se pode dizer, como os neo-positivistas, que a pragmática trabalha sobre os resultados da semântica. Ela deve, na verdade, trabalhar diretamente sobre a estrutura sintática do enunciado. É, portanto, "integrada" à descrição semântica.

O objetivo da teoria das escalas argumentativas - era introduzir, nessa pragmática integrada, uma espécie de retórica integrada. Esse passa a ser o tema deste artigo, - que se desenvolve em duas etapas:

- 1) motivações empíricas
- 2) problemas teóricos.

Considerando certos modificadores quantitativos , como quase, mais de, somente, apenas, etc.,, bem como o comparativo de igualdade, Anscombe e Ducrot mostram que a descrição semântica de um enunciado não pode ser reduzida a uma semântica informativa, como a de Morris, mas deve conter, desde o início, as indicações que digam respeito a eventual utilização desse enunciado a favor desta ou daquela conclusão.

A partir de então, sua preocupação passa a ser a de definir a argumentação.

Em primeiro lugar, explicam dois predicados que - consideram essenciais:

- a) "utilizar o enunciado A em favor da conclusão C (= dar a A a orientação argumentativa C)".
- b) "considerar A como mais eficaz que B (= como - um argumento mais forte que B) em favor de C".

Explicitando o primeiro, fazem algumas restrições: argumentar por C por meio de A é "apresentar A como o enunciado que deve levar o destinatário a concluir C", "dar A como uma razão de crer C".

De uma maneira geral, decidem que nem todos os encaadeamentos reais entre os enunciados devem ser tomados como objeto, nem mesmo aqueles que revelam uma certa intenção argumentativa. Consideram apenas um subconjunto desses últimos, aqueles que satisfazem a uma definição de argumentação deliberadamente limitativa (ideal).

Ditam, então, a seguinte tese (p. 14):

"Para nós, é constitutivo do sentido de um enunciado pretender orientar a sequência do diálogo" (estruturalismo semântico).

A noção de argumentação é então situada nesse - quadro teórico. Dizem que é um traço constitutivo de vários enunciados o fato de não se poder empregá-los sem pretender orientar o interlocutor na direção de um certo tipo de conclusão: ao se descrever um enunciado desse tipo, é preciso dizer qual orientação ele traz consigo, ou ainda, num sen -

tido mais restritivo, a favor do quê ele pode ser argumento.

Após algumas considerações, chegam à definição do segundo predicado: "considerar A como um argumento mais forte que B a favor de C" significa "pensar que se um indivíduo utiliza B em favor de C, ele deve crer que A é utilizável para C, mas pode utilizar A sem crer, no entanto, que B seja utilizável".

Explicitando o termo "utilizar", dizem; "estimar A argumentativamente utilizável em favor de C" deve ser entendido como "admitir que um indivíduo pode argumentar para C por meio de A se, acima de tudo, ele crê que A é verdadeiro e não tem, além disso, razão para recusar C".

Tais noções permitem-lhes analisar o advérbio mesmo. Assim, o enunciado:

Pode ser que Pedro e (até) mesmo João venham.
dá a entender que o locutor:

a) estima os enunciados Pedro vem e João vem utilizáveis para uma certa conclusão C não precisa;

b) considera o segundo como mais forte que o primeiro em relação a C.

Vistas as definições anteriores, a cláusula b), para o locutor, significa que Pedro vem não será utilizável em favor de C se não se admitir, a fortiori, que João vem é utilizável.

Como se viu, as definições dadas acima dizem respeito à atitude do locutor diante dos enunciados. O objetivo do artigo, porém, é caracterizar argumentativamente os próprios enunciados. Sendo assim, Anscombe e Ducrot se propõem a eliminar a variável "locutor" dos predicados acima definidos.

Com tal finalidade, retomam o conceito "A é mais forte que B", imprimindo-lhe um novo sentido:

a) Em qualquer circunstância que seja, e qualquer que seja a conclusão C, se B é utilizável em favor de C, - deve-se crer que A é utilizável para C.

b) Há circunstâncias em que um locutor pode utilizar A para uma certa conclusão C', sem que, no entanto, - creia que seja utilizável para C'.

Consideram fundamental esse conceito: ele introduz uma ordem entre os enunciados e justifica a expressão "escala argumentativa".

Uma discussão relativa a algumas construções contendo quase permite-lhes chegar a uma nova formulação da tese geral apresentada.

Dão, então, três categorias entre as causas que levam a empregar (ou não) um enunciado A para uma conclusão C, a saber:

1) as considerações de oportunidade: conforme as circunstâncias, A é (ou não) bom para se dizer. Trata-se de uma retórica "não integrada", pela qual eles não se interessam;

2) as razões factuais: crê-se (ou não) na verdade de A e de C, e no fato da verdade de A acarretar a de C;

3) a estrutura argumentativa, objeto da retórica integrada: trata-se de uma orientação interna dos enunciados em direção deste ou daquele tipo de conclusão, orientação que não se deduz do conteúdo informativo.

Concluem esta primeira parte do artigo dizendo que a noção de "estrutura argumentativa" foi dada com a finalidade de mostrar que certos enunciados são linguisticamente inaptos para apoiar certas conclusões.

Nesta segunda etapa do trabalho, Ducrot e Anscombe se propõem a determinar o status das relações argumentativas na descrição semântica. Para isso, colocam-nas sobre outras relações argumentativas, aquelas que existem entre entidades mais abstratas; além disso, irão imaginar um cálculo para derivar as primeiras das segundas.

O primeiro passo é o da definição de algumas noções consideradas fundamentais. Fazem a distinção metodológica entre enunciação, enunciado, enunciado-ocorrência, conteúdo e ato de fala (esta última noção é elucidada através da recorrência à teoria de J.L. Austin).

Lembram também o que entendem por descrição semântica de uma língua natural: fazer a descrição semântica de uma língua natural L será construir uma máquina - isto é, um conjunto de regras formais tendo a mesma capacidade dos locutores que falam L, a saber, a de associar uma significação a toda enunciação proferida diante deles em L.

Para fazer uma distinção entre hipótese externa e hipótese interna dizem que os fatos lingüísticos não podem ser descritos como um dado bruto, já que refletem a subjetividade do observador, o qual só pode estabelecer o corpus dos "fatos" através de um certo número de hipóteses. Chamam

hipóteses externas essas hipóteses sobre as quais se apóia a pesquisa: qualquer uma delas pode colocar em questão toda a descrição. Por outro lado, afirmam que as hipóteses internas dizem respeito ao tipo de regras formais a serem utilizadas e seu arranjo; em outros termos, à natureza da meta-linguagem na qual se fará a descrição semântica. Os problemas em torno de uma hipótese interna podem modificar essa metalinguagem, mas não chegam a alterar as hipóteses externas, embora a recíproca seja falsa.

Após fixar esse quadro metodológico, decidem-se a introduzir nele a argumentação, sobretudo as noções de classe e de escala argumentativa.

Dizem que as primeiras apresentações dessas noções trouxeram dificuldades devido justamente a uma confusão entre hipótese externa e hipótese interna, isto é, entre o objeto da descrição semântica e a própria descrição semântica. Partindo da constatação empírica de que há, entre certos enunciados, relações de argumentação (hipótese externa) foram definidos os conceitos de base: classe argumentativa, escala argumentativa, superioridade argumentativa, escala absoluta. A partir dessas noções, foi articulado o cálculo propriamente dito, isto é, os conceitos operatórios: lei da negação, lei da inversão, etc., cujo objetivo era explicar o comportamento semântico dos enunciados considerados.

Em outras palavras, tanto os conceitos primitivos como os operatórios faziam parte dos elementos da máquina, eram hipóteses internas cuja finalidade era apreender o objeto semântico que as hipóteses externas haviam definido.

Ora, argumentam, todas essas hipóteses internas eram baseadas na noção de enunciado. Porém, para a construção efetiva da máquina, parece-lhes necessário fazê-la funcionar sobre os conteúdos e não sobre os enunciados, sobretudo para tratar dos fenômenos pressuposicionais em geral - (os conteúdos afetados por um marcador de ato ilocucional - de pressuposição recebem um tratamento específico neste cálculo semântico) e dos fenômenos argumentativos.

A apresentação da noção de argumentação feita em La Preuve et Le Dire revela, assim, algumas confusões, uma delas gerada pelo fato dos exemplos escolhidos serem muito simples. Desse modo, é inevitável que, muitas vezes, sua descrição semântica comporte um único conteúdo, cuja expressão, em língua natural, é muito semelhante à de enunciado de partida. A consequência disso é que as hipóteses externas adquirem a aparência de hipóteses internas, perdendo -

seu poder explicativo por não diferenciarem o enunciado de seu conteúdo.

Resumindo, podemos dizer que, na primeira parte do trabalho, após observar certas regularidades semânticas entre os fatos linguísticos, Anscombe e Ducrot elaboram uma hipótese externa: resolvem considerar tais regularidades como consequência de uma retórica integrada, a qual se manifesta por uma relação argumentativa entre enunciados pertencentes a uma classe bem determinada. Em seguida, traduzem tal hipótese ao nível da máquina, introduzindo nesta, a título de hipótese interna, uma relação formal " $\rightarrow$ " entre conteúdos, destinada a permitir a representação da relação empiricamente descoberta.

Desse modo, mostram que, se a enunciação de um enunciado p por um locutor L argumenta em favor de uma conclusão r , então deve-se descrever esse fenômeno dizendo não que p está, para L , na classe argumentativa determinada por r (como faz a apresentação das escalas argumentativas em La Preuve et Le Dire), mas que o conteúdo c ligado a p está na relação formal $\rightarrow$ com outro conteúdo c' ligado a r . Exemplificam: no enunciado

João teve o mérito de vir: ele ignorava que isso correria bem.

a fórmula da metalinguagem que corresponde ao aspecto argumentativo empírico é:

[João não pensava que isso correria bem] $\rightarrow$ [vir foi digno de mérito da parte de João].

Portanto, são os conteúdos que aparecem nas escalas argumentativas, e não mais os enunciados. Sendo assim, todo o aparelho argumentativo descrito na primeira apresentação deve ser reformulado em termos de metalinguagem, concludem.

Quase finalizando suas considerações, abolem, ao nível da metalinguagem, a distinção entre negação explícita e negação implícita, feita em La Preuve et Le Dire. Argumentam que há somente uma negação, formal, concernida pela lei da negação ($\vdash C_1 \rightarrow C_2 \cdot \Delta \cdot \sim C_1 \rightarrow \sim C_2$); ela inter-vém tanto na interpretação da negação implícita, como na da explícita.

Num último passo, indagam sobre a relação, comprovadamente existente, entre os conteúdos argumentativos e as noções de posição e pressuposição.

Utilizando-se de alguns exemplos, procuram ilustrar a hipótese de que o elemento argumentativo de um enun

ciado tem o status de pressuposição! Assim, o enunciado (19) Mesmo Pedro veio é descrito da seguinte forma:

P = [Pedro veio]

PP = [Outros além de Pedro vieram]

elemento argumentativo = [há um conteúdo c tal que [Pedro veio] é um argumento para c mais forte que [outros - além de Pedro vieram]].

Indagando sobre o status do elemento argumentativo nessa descrição, aplicam os três critérios, já conhecidos, - que permitem validar a pressuposição, ou seja, a interrogação, a negação e o encadeamento:

Até mesmo Pedro veio?

É falso que até mesmo Pedro tenha vindo.

Estou certo de que até mesmo Pedro veio.

Como a vinda de Pedro é sempre apresentada como significativa, dizem que o elemento argumentativo possui um status pressuposicional, comprovado justamente por sua persistência mesmo após sua submissão às transformações de interrogação, negação e encadeamento.

As propostas deste último artigo ser-nos-ão de extrema validade na análise que, a seguir, proporemos do elemento mesmo.

NOTAS

CAPÍTULO II

1. Tentaremos, sempre que for possível, apresentar os exemplos traduzidos para o português, a fim de permitir uma compreensão maior da exposição.

2. A distinção que Austin faz entre as noções de implicação e de pressuposição é abordada neste trabalho, à página 28.

3. Cf., a esse respeito, as páginas 30 e seguintes deste trabalho.

4. Vogt, em O Intervalo Semântico, preocupa-se sobretudo em mostrar a relação que existe entre a estrutura comparativa de determinados enunciados e certos "operadores" como mesmo, ainda e também.

Apontamos algumas de suas considerações, fundamentalmente pelo fato de que, baseadas na noção de pressuposição e de argumentação para a descrição do advérbio mesmo, elas se ligam estritamente às propostas alternativas de análise que por ora abordamos.

Ordenando as funções desse elemento, diz que, dado um enunciado, mesmo pode:

1º) estabelecer uma relação argumentativa entre os elementos que o constituem, sendo que o elemento precedido de mesmo está acima dos demais na escala argumentativa determinada por r.

2º) estabelecer uma relação argumentativa entre elementos que já se apresentam ordenados. Assim, embora respeitando a ordem lexicalmente dada, mesmo age numa escala argumentativa determinada por r. Exemplifica: quando L enuncia "Pedro é inteligente e mesmo genial", ele dispõe a ordem lexical dos adjetivos inteligente e genial numa ordem argumentativa favorável a Pedro.

A estranheza de enunciados como "Pedro é genial e mesmo inteligente" e "Pedro é inteligente e genial" demonstra que a ordem lexical, embora dada na língua, só pode ser atualizada argumentativamente, conclui Vogt.

3º) se o enunciado dado é comparativo, então sua estrutura é argumentativamente ambígua relativamente à or-

ganização tema/comentário (trata-se da oposição tema/comentário equivalente à distinção topic/comment do inglês e à distinção thème/propos do francês. Cf., a esse respeito, C. Bally (1939)). Neste caso, mesmo deverá escolher a orientação da escala argumentativa segundo a linha do favorável ou do desfavorável, já dada pela comparação. O elemento escolhido como comentário será sempre apresentado como um argumento forte em relação ao tema. Os enunciados que vêm a seguir ilustram tal observação:

(1.4.II) (Notação: enunciado 1, da nota 4, do capítulo II) Pedro é tão forte quanto João.

(2.4.II) Mesmo Pedro é tão forte quanto João.

(3.4.II) Pedro é mesmo tão forte quanto João.

No enunciado (2.4.II), o operador mesmo analisa estruturalmente o enunciado de modo a apresentar João como tema e Pedro como um argumento forte, desfavorável a João.

No enunciado (3.4.II), mesmo apresenta Pedro como tema e João como um argumento forte, favorável a Pedro.

O operador mesmo, nos casos de comparação, age duplamente, isto é, não só serve de desambiguizador como também fortalece o argumento escolhido, observa Vogt. Em outras palavras, tal operador efetua uma escolha, no interior da comparação, de modo a estabelecer uma divisão entre tema e comentário e a orientá-la argumentativamente conforme uma ordem do favorável ou do desfavorável.

Fazendo também uma análise do elemento ainda na estrutura comparativa, procura estabelecer um paralelo entre tal elemento e o operador mesmo, numa tentativa de mostrar que sua descrição também deve ser feita no interior de uma teoria dos atos de fala, na medida em que deve ser tratado como uma das marcas de argumentatividade inscrita na própria língua.

Partindo da constatação de que enunciados como - (4.4.II) e (5.4.II):

(4.4.II) João é mesmo mais inteligente que Pedro.

(5.4.II) João é ainda mais inteligente que Pedro. apresentam um efeito de sentido equivalente, tenta explicar tal equivalência.

Chegará à conclusão de que mesmo e ainda apresentam uma identidade apenas superficial, já que é obtida por mecanismos bastante distintos. O papel de fixador de mesmo na comparação se origina no fato desse elemento pressupor um conjunto de elementos definidos pela mesma predicação do elemento que, no enunciado, lhe serve de escopo, afirma Vogt.

Para representar o mecanismo pelo qual mesmo funciona como fixador, apresenta os seguintes esquemas:

(6.4.II) A é mais f mesmo que	B	
	C	
	D	
	E	
	etc.	

Assim, num enunciado do tipo

(7.4.II) A é mesmo mais f que B

a escala argumentativa que representa os elementos comparados é a seguinte:

efidade de A

↑	A é mais f mesmo que B
+	A é mais f que C
+	A é mais f que D

No caso do elemento ainda, continua Vogt, a escala argumentativa vem a ser:

efidade de A

↑	A é ainda mais f que B
+	B é f

Assim, Vogt conclui que não seria possível fazer uma descrição do papel de ainda, na estrutura comparativa, a partir da hipótese de que ele é equivalente a mesmo, apesar da coincidência parcial de sentido que se nota entre esses dois elementos.

5. Ducrot estabelece uma distinção entre argumento e prova ao dizer que é possível que uma proposição qualquer seja tomada como um argumento, sem que, no entanto, se ja considerada um argumento decisivo.

Em outras palavras, se a noção de prova corresponde aproximadamente à noção de "argumento irrefutável", a refutação, por sua vez, faz parte da argumentação.

As concessivas constituem um bom exemplo disso. - No enunciado João está gripado e, apesar disso, toma sorvete, podemos dizer que o fato de João estar gripado é um argumento para ele não tomar gelado, mas não é uma prova disso.

CAPÍTULO III

MESMO: UMA PROPOSTA CONCILIATÓRIA

Nossô objetivo de agora em diante passa a ser o - de tentar esclarecer alguns pontos que, nas análises vistas a respeito do mesmo, deixaram algumas dúvidas.

Antes de mais nada, faremos uma revisão das partes que nos interessam particularmente. A respeito do mesmo foram vistos, basicamente, dois tipos de análise: um que, - englobando a análise de Fillmore e a de Fraser, já que este se baseia naquele, dispensa ao elemento mesmo um tratamento fundamentado sobretudo na noção de implicação sugerida por Austin. Quanto ao outro tipo de análise, podemos dizer que agrupa Anscombe e Ducrot nas suas várias fases, culminando com a do artigo "L'argumentation dans la langue". Baseando - -se nas noções de pressuposição e de argumentação, fazem, - a princípio, da argumentação, uma relação entre enunciados, para finalmente, mostrando suas limitações, chegarem à conveniência de se considerar tal noção como uma relação formal entre os conteúdos dos enunciados.

Detendo-nos, de início, nas análises de Anscombe e de Ducrot, iremos retomar algumas questões relativas ao fenômeno da negação que envolve o mesmo.

Da análise feita por Anscombe em "Même le roi de France est sage" vimos que o enunciado (15)

(15) Maria é muito instruída: ela lê hebraico, latim, grego antigo, ela lê até mesmo sânscrito. contém as seguintes variáveis:

r = Maria é muito instruída
 e = ela lê até mesmo sânscrito
 s = mesmo sânscrito
 x_1 = s - mesmo = sânscrito
 x_2 = e - s = ela lê
 x_2x_1 = e - mesmo = ela lê sânscrito
 x_0 = hebraico
 x_0' = latim
 x_0'' = grego antigo

Tais variáveis conduzem então às seguintes informações:

- (I) Ela lê sânscrito
- (II) O fato dela ler sânscrito é apresentado como um argumento para "Maria é muito instruída"; em outras palavras, x_2x_1 é um argumento para r .
- (III) $r \neq x_2x_1$: x_2x_1 não é um argumento tautológico
- (IV) x_0, x_0', x_0'' possuem as seguintes propriedades:
 - Pertencem à mesma classe sintática que x_1 , e são distintos de x_1 .
 - x_2x_0 = ela lê hebraico, x_2x_0' = ela lê latim, x_2x_0'' = ela lê grego antigo, são proposições verdadeiras.
 - $x_2x_0, x_2x_0', x_2x_0''$ são argumentos para r = Maria é muito instruída.
- (V) x_2x_1 é apresentado como um argumento para r melhor do que x_2x_0, x_2x_0' e x_2x_0'' .

Indagando-se então quais elementos pertencem ao domínio do posto e quais são do domínio do pressuposto do enunciado e , utiliza-se dos critérios da interrogação e da negação:

(e') É falso que ela lê até mesmo sânscrito.

(e'') Ela lê até mesmo sânscrito?

Diz que (e') implica a falsidade de "ela lê sânscrito" e que esse elemento, contestado pela negação, constitui um elemento do posto de e .

(e''), por sua vez, só pode ser compreendido em uma situação de enunciação tal que:

1. A pessoa em questão lê outras línguas além do sânscrito.

2. O fato dela ler outras línguas parece ser um argumento para provar uma certa tese.¹

3. O fato dela ler sânscrito será um argumento - mais forte em favor dessa tese.

4. Essa tese que se procura provar ao se colocar a questão (e") e que será reforçada por uma resposta positiva é distinta dessa resposta ela mesma. O fato de se procurar saber se a pessoa em questão lê sânscrito tem a finalidade de levar a uma outra conclusão: em outras palavras, o fato de ler sânscrito não é, pelo menos para a pessoa que - enuncia (e"), um argumento tautológico.

Resumindo, diz que o enunciado e contém os seguintes elementos:

P = Ela lê sânscrito (I)
 PP = { Ela lê outras línguas além do sânscrito. (IV)
 Seu conhecimento de sânscrito é uma prova melhor de sua erudição do que seu conhecimento das outras línguas. (V)

Toda essa interpretação foi aqui apresentada com a finalidade de mostrar que, apesar da coerência dos dados, resta alguma coisa a saber em relação à aplicação do critério da negação para validar a pressuposição, pelo menos neste caso específico.

Anscombe se utilizou do enunciado (e') É falso - que ela lê até mesmo sânscrito para chegar ao posto de e, - utilizando-se do enunciado interrogativo (e") para chegar - ao seu pressuposto. Ora, já vimos que o pressuposto de um enunciado se mantém inalterado após a aplicação dos critérios da interrogação e também da negação.

Tentemos então, a partir do enunciado negativo (e'), chegar aos mesmos pressupostos. Vemos logo que

(e') É falso que ela lê até mesmo sânscrito. não só implica a falsidade de "ela lê sânscrito", como também a falsidade de "ela lê outras línguas eruditas além do sânscrito" que, segundo Anscombe, faz parte dos pressupostos de e². Deve-se notar, porém, que mantém intacta a idéia de que o conhecimento de sânscrito é um argumento mais forte para a erudição de Maria.

Seu podermos chegar ainda a uma conclusão precisa, queríamos no entanto mostrar que a questão de se saber exatamente o que é pressuposto, nesse caso, ficou em aberto.

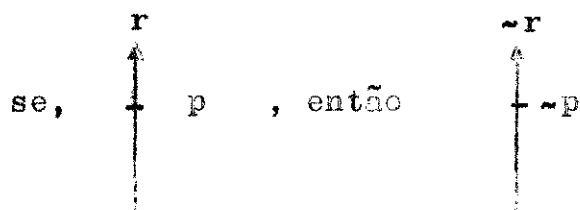
Consciente ou inconscientemente, Anscombe parece ter-se esquivado de tocar nesse problema, pelo menos nesse artigo. Resta-nos verificar se Ducrot alude a ele no decorrer de suas análises.

No capítulo dedicado às escalas argumentativas, - Ducrot se refere ao nosso operador de argumentação através das mesmas noções proferidas por Anscombe. Seu comentário, porém, diz respeito somente ao segundo pressuposto, isto é, ao fato do mesmo ser utilizado num argumento apresentado - como forte, ou até decisivo, em benefício de certa tese. - Ele simplesmente o assume como pressuposto, sem justificativas quanto aos critérios utilizados. Essa propriedade - do mesmo ser-lhe-á de grande utilidade para mostrar o valor argumentativo de uma língua. É essa sua preocupação fundamental nesse artigo, como vimos.

Como nosso problema em relação ao mesmo é proveniente da aplicação do critério da negação a um enunciado - que o contém para chegar a sua pressuposição, vejamos se tal critério está realmente sendo bem utilizado, já que não podemos decidir nada, até o presente momento, quanto à pressuposição.

No artigo em questão, Ducrot aborda o fenômeno da negação, como se viu, estabelecendo três leis relativas a ele. Iremos nos deter, em primeiro lugar, na primeira delas, que é a mais geral. Tal lei dita que se um enunciado p pertence à C.A. determinada por r , $\sim p$ (sua negação) pertence à C.A. determinada por $\sim r$. Poderíamos representá-la:

F I G U R A 7



Tomando o exemplo (1) em questão e destacando dele o enunciado que chamaremos p , a saber, Ela lê até mesmo sânscrito, temos, então, p a conduzir o ouvinte à conclusão de que Maria é muito instruída. Segundo a lei de Ducrot, - sua negação, isto é, É falso que ela lê até mesmo sânscrito, conduziria à conclusão inversa, isto é, à de que Maria é - pouco (ou nada) instruída.

Dissemos que essa lei "conduziria" à conclusão inversa, mas não concordamos com a sua aplicação para o caso do mesmo e tão pouco, o que talvez seja consequência, com a própria negação É falso que ela lê até mesmo sânscrito. Intuitivamente, essa discordância surgiu da observação do próprio enunciado (15): Maria é muito instruída: ela lê hebrai-

co, latin, grego antigo, ela lê até mesmo sânscrito.

Imaginemos uma situação de enunciação em que um falante A proferisse (15) para um interlocutor B, velho conhecido e admirador da erudição de Maria. B, porém, sabe que Maria, apesar de erudita, não lê sânscrito. Diria, então, a A: É falso que Maria lê até mesmo sânscrito, para mostrar que ela é pouco (ou nada) erudita? Cremos que não e que, no máximo, B poderia dizer É falso que Maria lê sânscrito, pois o próprio grau de erudição que envolve o conhecimento do sânscrito, se já não permitia que a palavra sânscrito fosse utilizada para argumentar em favor de pouca erudição, muito menos concede a B o direito de utilizar É falso que até mesmo ..., pois vimos como mesmo atua de maneira forte em favor das conclusões a que o argumento no qual se aloja pretende conduzir. Em outras palavras, a utilização de uma palavra como sânscrito, que contém em si a idéia de erudição, precedida de um É falso que até mesmo ... para levar à conclusão inversa à da erudição, cria, no próprio enunciado, uma espécie de contradição que chega a impedir seu uso.

Abrindo um parênteses, queríamos dizer que há, como sabemos, outras expressões que parecem negar mesmo, como nen mesmo, ou simplesmente nen, que parece não ser mais do que uma forma reduzida de nen mesmo. Abordando-as na situação vista acima, vemos que B não diria, também, Ela não lê nen mesmo sânscrito (ou Ela não lê nen sânscrito) com a intenção de conduzir à conclusão de que Maria é pouco (ou nada) erudita.

Assim, como nosso problema está agora a envolver a própria negação de um enunciado com mesmo, procuraremos chegar a alguma solução adequada.

Em primeiro lugar, gostaríamos de refletir sobre o artigo "L'argumentation dans la langue" em que Anscombe e Ducrot, como vimos, efetuam uma revisão de "Les échelles argumentatives".

Sua primeira constatação é a de que os exemplos escolhidos eram muito simples, fazendo com que, muitas vezes, sua descrição semântica comportasse um só conteúdo, cuja expressão na língua se assemelhava muito ao enunciado de partida, levando a confusões entre os enunciados e seus próprios conteúdos. Para evitar isso, recorrem a exemplos mais complexos e chegam a alicerçar a existência de uma retórica integrada a se manifestar através de uma relação argumentativa entre enunciados, relação essa que traduzem formalmente pelo sinal "→". Desse modo, toda a apresentação feita nas "é -

chelles" deve ser reformulada em termos de uma nova metalinguagem. Exemplificando: se a enunciação por um locutor L de um enunciado p argumenta em favor de uma conclusão r , não - mais se pode dizer que p está, para L, na C.A. determinada - por r , mas sim, que o conteúdo c ligado a p está na relação formal $\longrightarrow$ com um outro conteúdo c' ligado a r . Assim, ao as pecto argumentativo de um enunciado como

(20) João teve o mérito de vir: ele ignorava que - tudo correria bem.

corresponde a seguinte fórmula da metalinguagem: [João não - sabia que tudo correria bem] $\longrightarrow$ [vir foi meritório de sua - parte].

No que diz respeito à lei da negação, sua reformulação em termos dessa metalinguagem apresenta a seguinte for ma:

$$\vdash c_1 \longrightarrow c_2 \quad \cdot \cdot \quad \sim c_1 \longrightarrow \sim c_2$$

onde C_1 e C_2 representam os conteúdos.

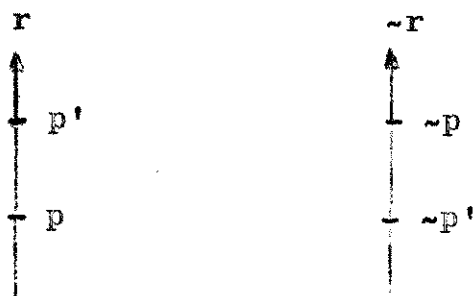
Vejamos então se a aplicação da lei da negação assim constituída altera a descrição que há pouco fizemos do enunciado (15). Teríamos:

$\vdash$ [Maria lê até mesmo sânscrito] $\longrightarrow$ [Maria é muito instruída] $\cdot \cdot \cdot \sim$ [Maria lê até mesmo sânscrito] $\longrightarrow \sim$ [Maria é muito instruída].

Desse modo, incorremos no mesmo problema relativo à negação de um enunciado como Ela não lê nem mesmo sânscrito.

Uma segunda solução será vasculhada em uma outra lei, relativa à negação, que Ducrot elaborou também nas "échelles". Tal lei, chamada "lei de inversão da E.A.", é complementar da primeira e dita que, se p' é mais forte que p em relação a r , $\sim p$ é mais forte que $\sim p'$ em relação a $\sim r$. Re apresenta-a:

F I G U R A 8



O critério do mesmo é utilizado para exemplificar: partindo

do fato de que há uma hierarquia entre mestrado e doutoramento, um indivíduo pode emitir o enunciado Ele tem o mestrado e mesmo o doutoramento; assim também, numa situação em que esse mesmo indivíduo cometesse um engado em relação aos fatos, ele poderia dizer Ele não tem o doutoramento, nem mesmo o mestrado.

Queríamos, ainda, observar que as análises vistas a respeito do mesmo são unânimes em afirmar que o sintagma que lhe serve de escopo está em relação com uma série de outros sintagmas, explícitos ou não, no enunciado. Confira, a esse respeito, Fraser (1971, p. 153), ao tratar do enunciado Mesmo João previu as calças:

"O efeito de mesmo sobre o sintagma nominal João em (2) permite que o ouvinte faça a inferência - de que o referente de João deve ser visto como - um membro de uma série de "enunciados-ocorrência" (tokens) similares com os quais ele (o referente) pode ser contrastado dentro do contexto do resto da sentença. (...) Isto é, deve ser pelo menos - semanticamente possível para os outros membros - da série serem substituídos pelo constituinte - contrastado (o escopo de mesmo)."

Confira também Anscombe (1973, p. 49):

"Ora, está claro, nesses exemplos, que esses - segmentos anteriores pertencem à mesma categoria sintática que o elemento sobre o qual recai mesmo. Quando o enunciado que comporta uma ocorrência de mesmo não se opõe a uma frase anterior explícita, o segmento afetado por mesmo se opõe - sempre a outros membros de frases possíveis, mas que não foram explicitados. Esse é o caso de:

(5) Maria é muito erudita: ela lê até mesmo [sânscrito]

exemplo para o qual uma frase anterior possível é:

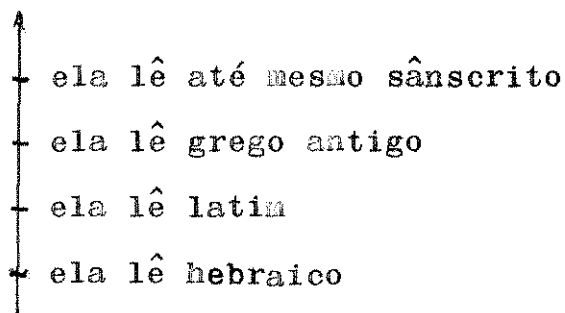
(5') Ela (Maria) lê [muitas línguas antigas]."

No caso do enunciado (15) Maria é muito instruída: ela lê hebraico, latim, grego antigo, ela lê até mesmo sânscrito, temos, como vimos na análise de Anscombe, abor

dada anteriormente, o elemento sânscrito em contraste com outras línguas eruditas, quer seja, o hebraico, o latim, o grego antigo, sendo que o sânscrito, por envolver mais erudição e dificuldade, foi colocado num argumento mais forte. Supondo que exista uma escala de erudição entre o hebraico, o latim e o grego antigo, nessa ordem, poderíamos representar - (1) no seguinte esquema:

F I G U R A 9

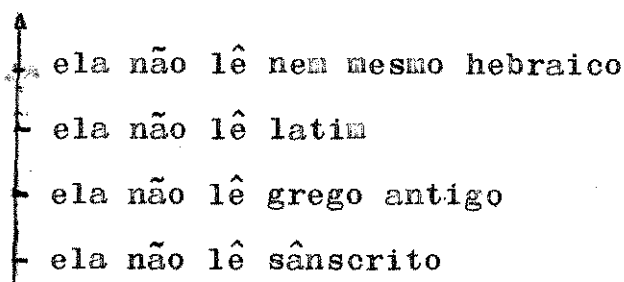
erudição de Maria



Pela própria lei da inversão da E. A. de Ducrot, seria impossível negar Ela não lê nem mesmo sânscrito para argumentar em favor da não erudição de Maria. Poderíamos, - no máximo, dizer Ela não lê nem mesmo hebraico, cuja escala seria representada da seguinte maneira:

F I G U R A 10

pouca (ou nenhuma) erudição de Maria



Sendo assim, a negação Ela não lê sânscrito, a única possível, a meu ver, para um referente como o de sânscrito, se coloca em último lugar numa escala cujos argumentos pretendem levar à conclusão de que Maria é pouco (ou nada) erudita.

A negação de (15) seria então, segundo essa análise, a seguinte: Maria é pouco (ou nada) instruída: ela não lê sânscrito, (nem) grego antigo, (nem) latim, ela não lê nem mesmo hebraico.

Para se confirmar essa maneira de negar, buscamos um exemplo um pouco mais complexo. Na revista Veja de 9/4/75, num noticiário relacionado a problemas ambientais, mais especificamente ao problema da poluição do Atlântico - nas costas marítimas brasileiras devido à descarga de óleo dos navios, destacamos o enunciado:

(21) E a Capitania dos Portos tentava descobrir - os responsáveis pelo acidente, ameaçando aplicar à companhia proprietária do navio uma multa de 500.000 cruzeiros e até mesmo cancelar o registro de seu armador.

Deve-se notar que esse enunciado contém explícita sua conclusão, já que as ameaças da Capitania dos Portos, dentre as quais o cancelamento do registro do armador da companhia proprietária do navio recebe um reforço do advérbio mesmo, se destinam à descoberta dos responsáveis por um acidente marítimo.

Segundo a lei de inversão da E.A., a negação de (21), talvez com uma certa artificialidade necessária a sua compreensão, resultaria em (21'), a saber:

(21') E a Capitania dos Portos não tentava descobrir os responsáveis pelo acidente, não procurando cancelar o registro do armador da companhia proprietária do navio e nem mesmo aplicar à companhia qualquer multa.

Esses comentários vêm, assim, confirmar a aplicabilidade da lei de inversão da E.A. a enunciados que contêm o mesmo em estudo. Ora, se isso realmente acontece, o problema da pressuposição de um enunciado com mesmo, que se pensava estar relacionado à má utilização do critério da negação, requer uma solução. Explico melhor: de um enunciado como Ela lê até mesmo sânscrito foi tirado o pressuposto - Ela lê outras línguas eruditas além do sânscrito, o qual deveria manter-se inalterado após a aplicação do critério da negação. Vimos, porém, que Anscombe, apesar de se referir à negação É falso que ela lê até mesmo sânscrito, não a utiliza como critério para chegar à pressuposição. Nós, porém, discordando intuitivamente do fato de um enunciado que contém o elemento sânscrito ser negado através de É falso que até mesmo ... (ou Nem mesmo ...), procuramos uma solução - dentro das leis, concernentes à negação, elaboradas por Ducrot. Constatamos, assim, que a lei que inverte a E.A. se aplica ao enunciado Ela lê até mesmo sânscrito e pode levar à conclusão de que Maria é pouco (ou nada) erudita, negando-o, porém, seja através do enunciado Ela não lê

sânscrito, seja com mais força ainda, através do enunciado Ela não lê nem mesmo hebraico. Portanto, o problema está a gora restrito ao fato do enunciado Ela lê outras línguas eruditas além do sânscrito ser realmente pressuposto por Ela lê até mesmo sânscrito. Se utilizamos o enunciado negativo Ela não lê sânscrito, negamos somente o posto, isto é, "... além do sânscrito", mas nada podemos decidir a respeito de Maria ler ou não outras línguas antigas, já que - essas se colocam, em relação ao sânscrito, num grau superior da escala da pouca erudição. Por outro lado, se usamos Ela não lê nem mesmo hebraico, vemos que esse enunciado não mantém o pressuposto Ela lê outras línguas eruditas além do sânscrito, visto que a própria E.A. o impede disso.³

Antes de prosseguir na busca de outra solução para a questão da pressuposição, queremos esclarecer um ponto suscetível de objeção, relacionado à própria negação - utilizada para um enunciado contendo mesmo. Diremos, em primeiro lugar, que seria possível que se argumentasse que a negação de certos enunciados, por ser uma questão relativamente nebulosa, acaba por se tornar consequência mais de uma decisão pessoal do que da aplicação de uma regra efetivamente rígida. Assim, a utilização da expressão É falso que ..., proveniente da linguagem lógica, constitui uma expressão negativa metalingüística. Consequentemente, envolve o enunciado por ela afetado de uma certa artificialidade, já que é muito pouco utilizada na realidade. Como - Anscombe, para negar e: Ela lê até mesmo sânscrito, utiliza-se de (e') É falso que ela lê até mesmo sânscrito, não poderíamos dizer que nosso problema estivesse relacionado com o critério da negação em si, já que isso poderia levantar a objeção de que, na verdade, ele está envolvendo apenas um certo enunciado, negado arbitrariamente através de uma expressão como É falso que.

Como resposta a essa objeção podemos dizer que, embora se diga que a expressão É falso que ... é a fórmula de uma metalinguagem utilizada para uma negação ulterior, não significando nada por si mesma, mesmo assim, teríamos, nessa interpretação ulterior, algum elemento correspondente a É falso que ..., se não ele próprio. Em francês, por exemplo, a negação mais natural de e seria Elle ne lit quand même pas le sanscrit, cujo correspondente aproximativo em português seria Ainda assim ela não lê sânscrito, - que sabemos pouco utilizado para uma situação que requeira apenas que se negue e. Desse modo, vimos, mais uma vez, -

que o problema não é relativo ao critério da negação para -
chegar à pressuposição, mas à própria pressuposição.

Poderíamos buscar, para esse problema, uma outra
saída, desta vez no artigo de Fraser (1971), do qual já de-
mos as noções principais. Iremos, no entanto, retomá-lo par-
cialmente. Considerando o enunciado (5)

(5) Mesmo João provou as calças .

dá-lhe a seguinte interpretação:

(5) a. João provou as calças.

b. Outras pessoas provaram as calças.

c. O falante não espera, ou não espera que o
ouvinte espere, que João tenha provado as calças.

Enquanto (5)a. constitui a asserção principal de
(5), (5)b. e (5)c (esta última interpretação se baseia em -
Fillmore, como vimos) são considerados uma implicação de -
(5)⁴. A noção de implicação, já abordada, fundamenta-se em
Austin. Iremos retomá-la para verificar sua adequação na in-
terpretação do enunciado Ela lê até mesmo sânscrito.

Austin define a implicação do seguinte modo: se p
implica q, ~q implica ~p. Teríamos, no nosso caso: se Ela
lê até mesmo sânscrito implica que Ela lê outras línguas e-
ruditas, então, o que é implicado de Ela não lê outras lín-
guas eruditas? De um lado, tal enunciado implica que Ela -
não lê sânscrito, mais uma vez devido à relatividade de -
sânscrito numa E.A.. Devemos observar, porém, que dois enun-
ciados são possíveis, conforme a situação de enunciação:

(a) Ela não lê outras línguas eruditas, muito me-
nos sânscrito.

(o que parece uma consequência natural);

(b) Ela não lê outras línguas eruditas, somente -
sânscrito.

Embora (b) pareça ser um contra-exemplo, tanto (a) como (b)
são argumentos para levar à conclusão de que a pessoa em -
questão tem pouca erudição, só que (a) tem mais força do -
que (b).

Por outro lado, ainda dentro da escala do desfavo-
rável, temos a possibilidade de dizer que Ela não lê outras
línguas eruditas implica que Ela não lê nem mesmo hebraico,
daí a possibilidade de se conectar esses dois enunciados -
sem maiores dificuldades.

Além disso, seguindo o raciocínio de Austin para
diferenciar a pressuposição da implicação, não é verdade -
que Ela lê até mesmo sânscrito, de um lado, e Ela não lê -
nem mesmo hebraico ou Ela não lê sânscrito, de outro, impli

cam que Ela lê outras línguas eruditas. Deve-se notar que - tal argumento nada mais é do que a aplicação do critério da negação, que deveria manter intacto o enunciado Ela lê outras línguas eruditas, caso ele fosse uma pressuposição.

Considerando ainda o efeito da negação em um enunciado que contém mesmo, Fraser diz que ela simplesmente nega as três partes da interpretação. Daí a negação de uma implicação negativa ser interpretada como uma implicação positiva. Assim, a negação de (5) é (5'):

(5') Nem mesmo João provou as calças.

cuja interpretação assim se constitui:

(5'a) João não provou as calças.

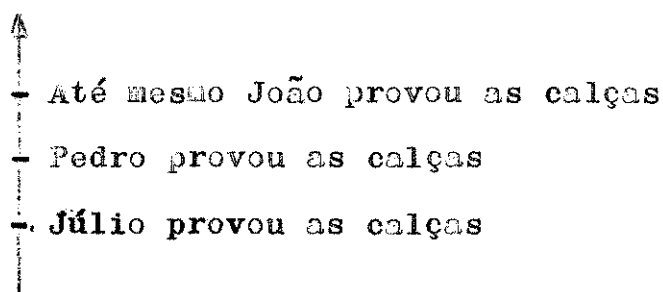
(5'b) Outras pessoas não provaram as calças.

(5'c) O falante espera, ou espera que o ouvinte espere, que João tenha provado as calças.

Imaginemos, porém, que um locutor, que tem a intenção de conduzir o ouvinte à conclusão de que uma certa festa exige que seus convidados trajem roupas a rigor, sabe que o ouvinte sabe que João não gosta de se vestir desse modo, muito menos de mandar confeccionar suas roupas, enuncia (5). Teríamos, então, a seguinte E.A.:

F I G U R A 11

rigor absoluto na festa



Aqui também, no máximo, podemos dizer que a negação de (5) é João não provou as calças, ainda que como um argumento fraco, em relação ao enunciado Nem mesmo Júlio provou as calças (Júlio sempre está em dia com a moda), para mostrar a não exigência de rigor da festa em questão.

Analisada desse modo a negação, podemos dizer que se Até mesmo João provou as calças implica que Outras pessoas provaram, a negação Outras pessoas não provaram as calças implica, com melhor razão, que João não as provou.

Fraser, embora considere a análise implicativa para o mesmo, não alude, em nenhum ponto de sua descrição, à noção argumentativa que, como vimos, encontra no mesmo um marcador tão evidente. Porém, optar pela solução implicativa não pode significar, para nós, renunciar à consideração dessa noção tão bem abordada por Anscombe e Ducrot, pois já nos utilizamos dela no decorrer da descrição da própria negação e da implicação. O que falta acrescentar, então, à noção argumentativa, é o que verificaremos a seguir.

Cremos, e procuraremos fundamentar ainda mais as razões dessa crença, que não há possibilidade de tratar dos enunciados que comportam o mesmo, que vem sendo descrito, sem considerar sua utilização para fins de argumentação. Essa sua propriedade foi bastante explorada por Ducrot em "les échelles", testemunhando que a função argumentativa da língua não pode ser relegada a um segundo plano.

Concentrando-nos mais uma vez no artigo "L'argumentation dans la langue", retomaremos o ponto em que Anscombe e Ducrot se questionam quanto ao lugar ocupado pelos conteúdos argumentativos em relação aos conceitos de posição e pressuposição.

Tentando mostrar que tais conteúdos podem receber o status de uma pressuposição, elegem, entre outros exemplos o enunciado (19), abordado no capítulo anterior:

(19) Mesmo Pedro veio.

Sua descrição, baseada em tudo o que foi feito desde "Même le roi de France est sage", se resume em:

P = [Pedro veio]

PP = [Outros além de Pedro vieram.]

elemento argumentativo = [há um conteúdo e tal que [Pedro veio] é um argumento para e mais forte do que [outros além de Pedro vieram]].

Aplicam, então, ao elemento argumentativo, os três critérios que permitem validar a pressuposição, ou seja, a interrogação, a negação e o encadeamento:

- Mesmo Pedro veio?
- É falso que mesmo Pedro veio.
- Estou certo de que mesmo Pedro veio.

Alegando que o elemento argumentativo se mantém nesses três enunciados, já que a vinda de Pedro é sempre apresentada como significativa, acham por bem conferir-lhe o status de uma pressuposição.

Quanto a nós, discordamos, pelos motivos já aponta

dos, das análises que levam em consideração enunciados como É falso que mesmo Pedro veio para negar Mesmo Pedro veio. - Tão pouco aceitamos que o conteúdo [Outros além de Pedro vieram] seja pressuposto pelo enunciado (19) Mesmo Pedro veio. Concordamos, isto sim, com o fato desse conteúdo ser implicado por (19).

Verificaremos, agora, uma outra questão: o fato do valor argumentativo ser realmente pressuposto.

Não resta dúvida de que esse valor se mantém inalterado quer com a colocação da interrogação Mesmo Pedro veio?, quer com o enunciado encadeado Estou certo de que mesmo Pedro veio. Quanto à negação, tomamos Pedro não veio e sabemos de antemão que ela só seria utilizada numa escala em que a não vinda de Pedro levaria, por exemplo, ao insucesso de uma festa, já que Pedro seria um dos elementos mais importantes para seu sucesso. Sendo assim, podemos também dizer que, embora a verdadeira negação de (19) não seja aquela dada por Anscombe e Ducrot, o valor argumentativo desse enunciado é pressuposto, visto que se manteve no nosso caso, embora com uma inversão da E.A..

Desse modo, queremos agora relembrar que partimos de dois grupos de análise aparentemente sem qualquer ligação teórica, a não ser pelo elemento mesmo a que ambos dispensam sua atenção especial: de um lado, Fraser e Fillmore que, optando pela análise implicativa, não se referem, em nenhum ponto, ao status argumentativo e pressuposicional desse elemento; por outro lado, a análise estritamente argumentativa e pressuposicional de Anscombe e Ducrot. Vimos, porém, que o fato de se considerar o mesmo como responsável por uma implicação não afeta a análise argumentativa e pressuposicional a ele dispensada, mas antes necessita dela para sua comprovação. Além disso, a análise argumentativa de Anscombe e Ducrot não estaria completa sem o recurso à solução implicativa, como ficou constatado.

Nossa análise teve por objetivo principal, e esperamos não ter sido redundantes e cansativos, mostrar que esses dois tipos de análise, apresentados inicialmente como diferentes, são, na verdade, complementares.

Sendo assim, retomaremos mais uma vez o enunciado (e) Ela lê até mesmo sânscrito e dar-lhe-emos a seguinte descrição:

P = [Maria lê sânscrito]

conteúdo implicado = [Maria lê outras línguas eruditas]

PP = valor argumentativo = [há um conteúdo e tal que [Maria lê sânscrito] é um argumento para e mais forte do que [Maria lê outras línguas eruditas]].

Esperamos assim ter chegado à melhor solução para os problemas relacionados, de um lado, com a negação, e, de outro, com a pressuposição dos enunciados que contêm o advérbio mesmo em estudo. Como vimos, não é o conteúdo desses enunciados que é pressuposto, já que tecnicamente, em virtude da negação, o melhor é dizer que ele é implicado, mas sim, o valor argumentativo desse conteúdo.

Para resumir, apontaremos os passos que percorremos para chegar à nossa análise:

1. Da análise de um enunciado como (15) Maria é muito instruída: ela lê hebraico, latim, grego antigo, ela lê até mesmo sânscrito, feita por Anscombe, esbarramos no problema relativo à aplicação do critério da negação para validar a pressuposição do enunciado e (acima grifado), - quer seja: "Ela lê outras línguas eruditas além do sânscrito".

2. Encontramos uma solução para a negação após - vasculhar duas leis relativas a ela, elaboradas por Ducrot. A lei da inversão da E.A. nos mostrou que a negação de (15) é Maria é pouco (ou nada) instruída: ela não lê sânscrito, (nem) grego antigo, (nem) latim, ela não lê nem mesmo hebraico. Excluímos, assim, a possibilidade de um enunciado como Ela não lê nem mesmo sânscrito para negar e.

3. Conseqüentemente, o problema se desloca para a própria pressuposição de e: "Ela lê outras línguas eruditas além do sânscrito".

4. A análise implicativa de Fraser nos aponta a solução: o conteúdo que se pensava pressuposto é, na verdade, implicado por e. Para comprovar isso nos utilizamos - também da noção de argumentação proferida por Anscombe e Ducrot.

5. Surge outra questão: o valor argumentativo de e ser ou não pressuposto. Vimos que realmente o é, o que - revalida a negação proposta a enunciados com o mesmo em estudo.

6. Chegamos, assim, à nossa proposta de análise, que modifica a análise pressuposicional e argumentativa pelo acréscimo da noção de implicação.

Antes de terminar, queremos ainda descrever mais alguns enunciados na tentativa de verificar que nossa pró-

posta de análise pode se aplicar a outros casos.

Iremos, em primeiro lugar, descrever um enunciado abordado segundo a análise implicativa de Fraser, para mostrar como ela também se completa segundo nossa proposta. Retomamos o enunciado (5) Mesmo João provou as calças e o interpretamos da seguinte maneira:

P = [João provou as calças]

conteúdo implicado = [Outras pessoas provaram as calças]

PP = valor argumentativo = [há um conteúdo e tal que [João provou as calças] é um argumento para e mais forte do que [Outros provaram as calças]].

Para e, como vimos, foi eleito o conteúdo: rigor absoluto em determinada festa.

Na seção dedicada aos esportes, da revista Veja - de 9/4/75, destacamos, à página 65, o enunciado seguinte:

(22) E para voltar ao título pelas mesmas regras do jogo, terá de refazer todo o caminho - uma tarefa dura demais, até mesmo para quem se considera o "maior jogador de todos os tempos".

O jogador em questão é Fisher, ex-campeão mundial de xadrez. Por não aceitar certas regras do jogo, fora oficialmente despojado do título.

Por uma questão didática, invertemos as proposições e obtemos (22'):

(22') Até mesmo para quem se considera o "maior jogador de todos os tempos", ter de refazer todo o caminho para voltar ao título pelas mesmas regras do jogo é uma tarefa dura demais.

Sua interpretação será a seguinte:

P = [Para quem se considera o "maior jogador de todos os tempos" ter de refazer todo o caminho para voltar ao título pelas mesmas regras do jogo é uma tarefa dura demais].

conteúdo implicado = [Para outros bons jogadores, ter de refazer o caminho para voltar ao título pelas mesmas regras do jogo é uma tarefa dura demais].

PP = valor argumentativo = [há um conteúdo e tal que [Para quem se considera o "maior jogador de todos os tempos", ter de refazer todo o caminho para voltar ao título pelas mesmas regras do jogo é uma tarefa dura demais] é um argumento para e mais forte do que [Para outros bons jogadores, ter de refazer todo o caminho para voltar ao título

lo pelas mesmas regras do jogo é uma tarefa dura demais]].

O conteúdo e pode ser preenchido por: rigidez na disputa do campeonato mundial de xadrez.

Utilizando-nos dos critérios da negação e da interrogação, tentemos validar os elementos postos e pressupostos.

A interrogação de (22) é (22a)

(22a) Até mesmo para quem se considera o "maior jogador de todos os tempos", ter de refazer todo o caminho para voltar ao título pelas mesmas regras do jogo é uma tarefa dura demais?

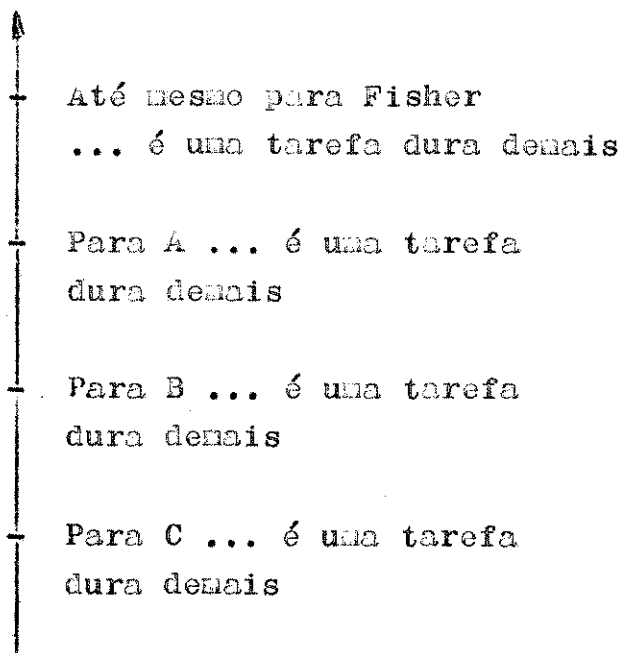
Sua negação, pela lei da inversão da E.A., é -
(22b):

(22b) É falso que para quem se considera o "maior jogador de todos os tempos", ter de refazer todo o caminho para voltar ao título pelas mesmas regras do jogo é uma tarefa dura demais.

Isso porque temos as seguintes escalas, segundo a linha do favorável ou do desfavorável:

F I G U R A 12

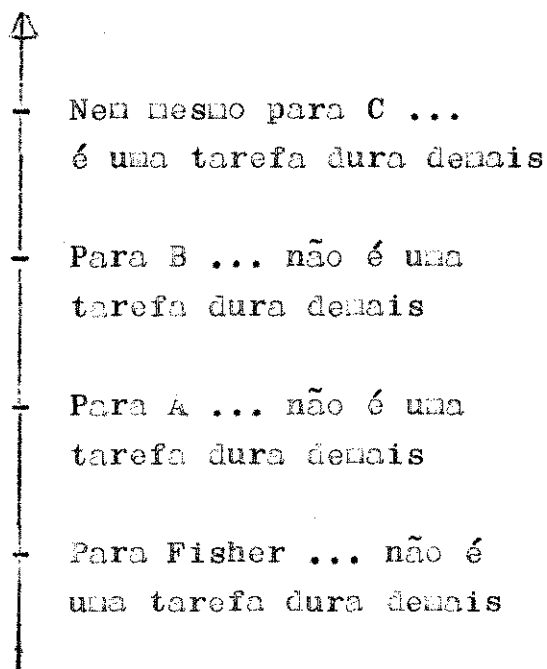
rigidez na disputa do
campeonato mundial de xadrez



considerando A e B como jogadores um pouco mais fracos em relação a Fisher, e C aquele que se considera o "pior jogador de todos os tempos".

F I G U R A 13

pouca (ou nenhuma) rigidez
na disputa do campeonato
mundial de xadrez



Como em (22a), enunciado interrogativo, o conteúdo [Para quem se considera o "maior jogador de todos os tempos", ter de refazer todo o caminho ... é uma tarefa dura demais] é afetado, podemos dizer que ele pertence ao domínio do posto de (22).

Já que tanto (22a) como (22b) mantêm o valor argumentativo do enunciado (22), embora haja uma inversão das escalas argumentativas, podemos considerá-lo o elemento pressuposto.

Quanto ao conteúdo implicado, temos que (22), isto é, Até mesmo para quem se considera o "maior jogador de todos os tempos", ter de refazer todo o caminho para voltar ao título pelas mesmas regras do jogo é uma tarefa dura demais implica que (23), a saber, Para outros bons jogadores ter de ... é tarefa dura demais, então a negação de (23), isto é (23a) É falso que para outros bons jogadores, ter ... é uma tarefa dura demais implica, com fortes razões, - que (22b) É falso que para quem se considera o "maior jogador de todos os tempos", ter ... é uma tarefa dura demais.

Um último exemplo foi tomado de outra revista Veja (19/3/75, p. 23), num noticiário policial:

(24) Assim, desde o início do mês estão sendo investigadas as acusações contra cerca de 30 policiais pelo - recebimento de propinas em troca de proteção, pela venda de drogas e até mesmo pela eliminação de quadrilhas rivais.

Para maior clareza da análise, destacaremos os elementos que nos permitem melhor interpretar tal enunciado, obtendo (24'):

(24') Desde o início do mês estão sendo investigadas as acusações contra cerca de 30 policiais, até mesmo pela eliminação de quadrilhas rivais.

Descrevendo-o, temos:

P = [Desde o início do mês estão sendo investigadas as acusações contra cerca de 30 policiais pela eliminação de quadrilhas rivais].

conteúdo implicado = [Desde o início do mês estão sendo investigadas as acusações contra cerca de 30 policiais por vários outros graves motivos].

PP = valor argumentativo = [há um conteúdo c tal . - que [Desde o início do mês ... pela eliminação de quadrilhas rivais] é um argumento para c mais forte do que [Desde o início do mês ... por vários outros graves motivos]].

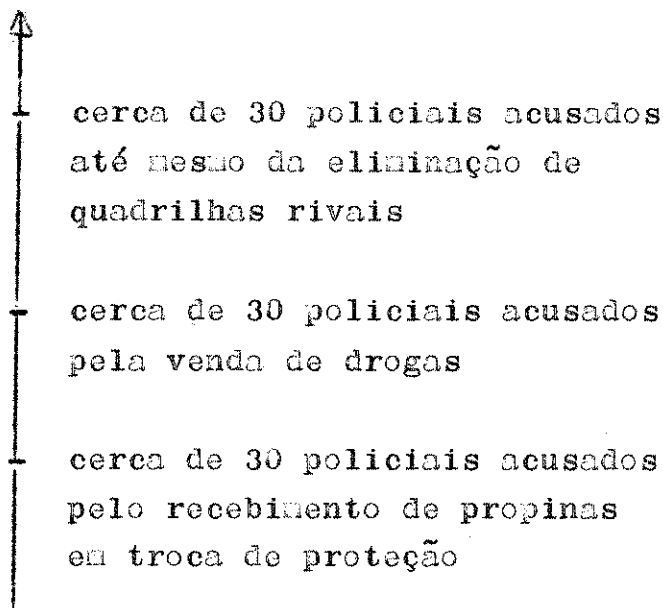
Tomando, por exemplo, para c, o conteúdo: não se pode confiar em todos os policiais, justificaremos nossa interpretação da seguinte forma:

1. A interrogação (24a) Desde o início do mês estão sendo investigadas as acusações contra cerca de 30 policiais até mesmo pela eliminação de quadrilhas rivais? chega a alterar o conteúdo [Desde o início do mês estão sendo investigadas as acusações contra cerca de 30 policiais pela eliminação de quadrilhas rivais], que é, conseqüentemente o posto de (24).

2. A negação de (24) se constitui em (24b) É falso que desde o início do mês estão sendo investigadas as acusações contra cerca de 30 policiais pela eliminação de quadrilhas rivais, pela lei de inversão da E.A.:

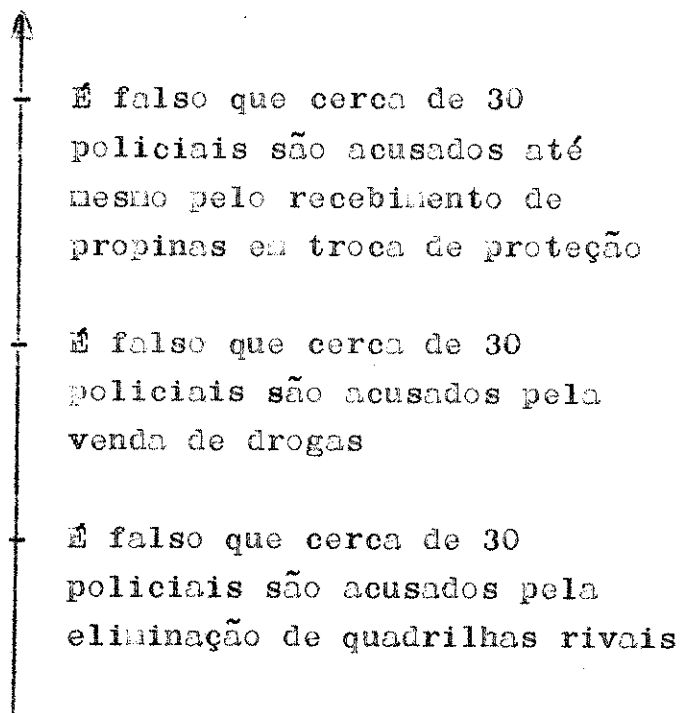
F I G U R A 14

não se pode confiar
em todos os policiais



F I G U R A 15

pode-se confiar em
todos (ou quase todos)
os policiais



Tanto (24a) como (24b) mantêm, em (24), um valor argumentativo, confirmando assim o status pressuposicional desse valor.

3. O conteúdo implicado assim se revela: se (24) implica que (25), isto é, Desde o início do mês estão sendo investigadas as acusações contra cerca de 30 policiais por vários outros graves motivos, então é falso que (25) implica que (24b) É falso que desde o início do mês estão sendo investigadas as acusações contra cerca de 30 policiais pela eliminação de quadrilhas rivais.

N O T A S

C A P Í T U L O I I I

1. Queremos observar que um argumento nem sempre deve ser tomado como prova, já que pode ser refutado. Ver, a esse respeito, a nota 5 do capítulo II, à página 49.

2. Quando dissemos que a falsidade de "ela lê sânscrito" implica a falsidade de "ela lê outras línguas e ruditas além do sânscrito", acrescentamos propositalmente a palavra eruditas para evitar qualquer equívoco nessa interpretação. Queremos dizer que a palavra sânscrito, cujo referente é uma língua tão erudita, só pode ser utilizada num enunciado cujo contexto envolva erudição. Isto é, no nosso caso específico, essa palavra se relaciona com outras línguas, porém todas eruditas: o hebraico, o latim, o grego antigo. Daí a estranheza de um enunciado como: Maria é muito instruída: ela lê português, inglês, espanhol, ela lê até mesmo sânscrito, pelo menos para um falante do português.

A esse respeito, ver nota 24 de Vogt (1977, p.82) sobre a condição de relativa proximidade dos argumentos para que possam ser relacionados por mesmo.

3. Uma terceira lei de Ducrot relativa à negação poderá, talvez, esclarecer melhor o enunciado Ela não lê nem mesmo hebraico. Trata-se da chamada "lei do abaixamento". Resumindo as considerações de Ducrot, diremos que, como o efeito informativo da negação sobre um predicado depende do valor argumentativo dado a esse predicado, então, pela lei do abaixamento, "não x" significa, na verdade "menos que x".

Assim, se um indivíduo enuncia que Não faz frio, ou que Não havia muitos amigos naquela reunião, ele exclui que esteja mais do que frio (p. ex., gelado) ou que todos os seus amigos compareceram à reunião. Diz, na verdade, que está fresco ou quente, e que apenas alguns de seus amigos estiveram presentes.

Ao tratar do enunciado Ela não lê nem mesmo hebraico, assumimos que a não leitura do hebraico se coloca, numa escala desfavorável à erudição de Maria, como o argu-

mento mais forte em relação à não leitura de outras línguas eruditas, quer seja, o grego antigo, o latim, o sânscrito. A lei do abaixamento parece nos permitir dizer que um nem mesmo implica necessariamente a existência de outros "nãos" que se verificam sempre abaixo dele numa determinada escala argumentativa. Sendo assim, explicamos por quê, na escala do desfavorável, a não leitura das outras línguas eruditas não pode estar acima da não leitura do hebraico.

4. A modalidade "expectativa" dessa análise, em - prestada de Fillmore, merece algumas observações.

Em primeiro lugar, iremos nos reportar às objeções que Anscombe (1973, p. 44-46) levantou em relação a essa noção na interpretação de Fillmore:

- objeção 1^a: as interpretações às quais ela conduz são pouco precisas.

Examina um enunciado como (1.4.III)

(1.4.III) Hoje foi um mau dia: perdi dinheiro na a posta e nem mesmo fui reembolsado na loteria.

Na interpretação de Fillmore, o enunciado grifado comportaria o elemento: "esperar-se-ia que eu fosse reembolsado na loteria". Mas essa expectativa, um tanto estranha, - não lhe parece implicada por (1.4.III), enunciado que, apesar disso, é normal.

Mesmo que se diga que "espera-se que ..." é a tradução da fórmula de uma metalinguagem utilizada para a descrição semântica como uma modalidade sobre o enunciado todo, permitindo, assim, numa interpretação ulterior, o aparecimento de um elemento como "espera-se que", Anscombe argumenta que ele está ausente de muitos exemplos.

- objeção 2^a: as interpretações são, muitas vezes, contraditórias.

Considera o exemplo (2.4.III):

(2.4.III) Não se espera que mesmo Pedro venha.
e diz que, na interpretação de Fillmore, se deduz de ... -
(2.4.III):

(2.4.III') Espera-se que seja esperado que Pedro venha.

Tal fórmula é difícil de interpretar, diz Anscombe.

Fillmore responderia que o elemento "expectativa" de (2.4.III) é (2.4.III"):

(2.4.III") Espera-se que Pedro não venha.

A dificuldade, continuaria ele, reside no fato de, nesse caso preciso, mesmo fazer parte de uma oração encaixada, que será necessário que se separe do resto do enunciado. Assim, a modalidade expectativa (- α) não deve ser aplicada ao enunciado todo, mas somente à parte encaixada.

Mesmo fazendo isso, diz Anscombe, surgem problemas: a utilização da modalidade expectativa (- α) no lugar de "espera-se que ..." conduziria a contradições, mesmo supondo que ela recaia sobre a oração encaixada. Seja, então, o enunciado (3.4.III):

(3.4.III) Espera-se que mesmo Pedro venha.
formado a partir de:

(3.4.III') mesmo Pedro virá.

Segundo Fillmore, (3.4.III') tem por P e PP, respectivamente:

(3.4.III'a) Pedro virá

(3.4.III'b) Expectativa (Pedro não virá)

(3.4.III), por sua vez, tem por P e PP:

(3.4.IIIa) Espera-se que Pedro venha.

(3.4.IIIb) Expectativa (Pedro não virá).

Sendo assim, é inevitável que a interpretação da modalidade expectativa não introduza uma contradição entre (3.4.IIIa) e (3.4.IIIb), sobretudo porque, no artigo de Fillmore, nada se opõe a que (3.4.IIIa) seja reescrito: Expectativa (Pedro não virá).

- objeção 3^a: uma metodologia desse tipo conduz a tomadas de posição dificilmente conciliáveis com os fatos.

A modalidade expectativa (- α), na análise de Fillmore, é sempre aplicada ao enunciado todo, após a eliminação do mesmo, argumenta Anscombe. Comparando (4.4.III) e (4.4.IIIa):

(4.4.III) mesmo João vale mais que Pedro.

(4.4.IIIa) João vale mais até mesmo que Pedro
tem-se, normalmente, por tema de (4.4.III) o valor de Pedro, considerado fraco, enquanto em (4.4.IIIa) o tema é o valor de João, considerado forte.

Apesar dessa variação de tema, Fillmore dá aos dois enunciados a mesma descrição, vendo neles a mesma implicação, a saber:

(4.4.III') Espera-se que João não valha mais que Pedro.

Desse modo, Anscombe conclui que a causa dessa dificuldade reside no fato de Fillmore não considerar, na sua análise, que o lugar de mesmo no enunciado, se não é suficiente para determinar, sozinho, sua interpretação, - exclui, pelo menos, certas interpretações. Fillmore considera os enunciados independentemente das situações possíveis de sua enunciação, daí a causa de todas as suas dificuldades.

Para Anscombe, o elemento "expectativa" é, na verdade, um elemento da significação do enunciado, devendo, assim, ser tratado em termos de uma teoria semântica, que é a teoria da argumentação.

Queremos ainda observar que Fraser, por sua vez, daria aos enunciados (4.4.III) e (4.4.IIIa) a seguinte interpretação:

(4.4.III") a. João vale mais que Pedro.

b. Outras pessoas valem mais que Pedro.

c. Não se espera que João valha mais que Pedro.

Espera-se que João não valha mais que Pedro.

Como (4.4.III") é, para ele, simplesmente uma implicação tanto de (4.4.III) como de (4.4.IIIa), a análise lógica de um enunciado comparativo não esgota seu valor semântico argumentativo, sobretudo quando esse enunciado comporta um elemento como o mesmo, a desempenhar o papel de fixador em relação a uma certa conclusão do locutor (cf. nota 4 do capítulo II, p.47).

CAPÍTULO IV

OUTROS MESMOS

É evidente, para todo falante do português, que o elemento mesmo pode ser utilizado com finalidades semânticas diversas. Para verificar isso, basta considerarmos os seguintes enunciados:

- (26) Maria tomava o mesmo ônibus todos os dias.
- (27) Mesmo João é mais velho que Pedro.
- (28) Pedro resolveu enviar as cartas ele mesmo.
- (29) José vai casar-se mesmo sem amar Ana.
- (30) Rui viu até mesmo um disco voador.
- (31) Rui viu mesmo um disco voador.

Anscombe, Ducrot e até mesmo Fraser, como já - se viu, dispensaram uma atenção especial ao estudo do comportamento semântico do mesmo, que parece comportar um - também. Tal é o caso, por exemplo, do enunciado (30) Rui viu até mesmo um disco voador, onde a ocorrência do mesmo sugere a presença de outros objetos com as mesmas propriedades daquelas de um disco voador.

Esse é o caso também de enunciados como (27) - Mesmo João é mais velho que Pedro, cujos efeitos argumentativos foram amplamente estudados por Vogt (cf, a esse - respeito a nota 4 do capítulo II, à página 47).

O privilégio dado a esse tipo de mesmo "enché - rissant" deixa à margem, necessariamente, o caso dos enun

ciados como (26) e (28), onde a ocorrência de mesmo explicita uma certa idéia de exclusão. Assim, em (26) é dito - que Maria tomava um certo ônibus, e só ele. Em (28), a presença do mesmo tem por finalidade impedir ao interlocutor de pensar que qualquer outra pessoa, além de Pedro, tenha enviado a carta.

Restam, ainda, enunciados do tipo (29) José vai se casar mesmo sem amar Ana e (31) Rui viu mesmo um disco voador. Em (29), percebemos que mesmo é um conectivo concessivo, podendo ser substituído, sem prejuízo de sentido, por um embora ou um ainda que. Em (31), por sua vez, temos a presença de um mesmo cuja função é a de oferecer uma conprovação real à ação do verbo ver, exercida por Rui. Em outras palavras, mesmo se constitui, neste caso, num advérbio de modo, substituível por um realmente ou pela locução adverbial de fato.

Por sentir nesses usos do mesmo uma certa força argumentativa, resolvemos dispensar a eles alguma atenção. Se esse sentimento se concretizar, teremos mais uma vez - confirmada a conveniência de se tratar do mesmo dentro dos moldes de uma análise semântica argumentativa.

Tentaremos analisar um exemplo simples, colhido de uma propaganda:

(32) Torrone x: gostoso mesmo com amêndoas.

Sabemos que uma publicidade tem por objetivo - principal persuadir seu destinatário das vantagens daquilo que propaga, através de argumentos que procuram sempre pôr em evidência suas melhores características. A mensagem que dirige se propõe a provocar uma mudança geral, ou pelo menos parcial, de atitude.

Sendo assim, senti, a princípio, uma certa surpresa ao ler o enunciado (32), visto que ele dá a entender qualquer coisa como: "Um torrone realmente gostoso é feito com qualquer outra coisa que não amêndoas; o torrone x é gostoso mesmo feito com amêndoas". Como normalmente a castanha de caju é o ingrediente usado em torrones, criamos o enunciado (32'), substituindo esse "qualquer outra coisa - que não amêndoas" por "castanha de caju". Obtemos:

(32') Um torrone realmente gostoso é feito com castanha de caju; o torrone x é gostoso mesmo com amêndoas.

Chamaremos de p a primeira proposição: Um torrone realmente gostoso é feito com castanha de caju, e de q a segunda.

Antes de mais nada, queremos fazer uma observação a respeito do advérbio realmente da proposição p: ele pode ser substituído, sem alterações de sentido, pelo advérbio - mesmo. Teríamos então a seguinte proposição: Um torrone gostoso mesmo é feito com castanha de caju.

Tal substituição, embora pareça dispensável, nos aproxima mais do modelo de análise proposto, por possibilitar que p se apresente como um argumento forte em favor de uma certa conclusão. Tal vantagem, porém, é pequena perto da ambição de uma análise que pretende dar conta do maior - número possível de casos de enunciados com mesmo¹.

A proposição q, por sua vez, apresenta um mesmo - concessivo, substituível por mesmo se.

Não podemos deixar de nos referir também à possibilidade de uma leitura de q com um mesmo traduzível por "realmente", apesar das adaptações entonacionais que ocorreriam: a colocação de uma vírgula, representando uma pausa, caberia talvez nesse caso: O torrone x é gostoso mesmo, com amêndoas. Dessa forma, constatamos mais uma vez a utilização com fins argumentativos desse tipo de mesmo.

Nosso interesse, por hora, voltado apenas para a primeira interpretação, nos possibilita a colocação de uma paráfrase de (32'), a saber: "Um torrone gostoso mesmo é - feito com castanha de caju; o torrone x é gostoso mesmo se feito com amêndoas". Daí a importância, para nós, desse enunciado, pois contém os dois tipos de mesmos de que queremos tratar.

Retomando agora a proposição p: um torrone gostoso mesmo é feito com castanha de caju e a proposição q: o torrone x é gostoso mesmo se feito com amêndoas, questionamo-nos quanto à conclusão a que elas podem conduzir. Nossa primeira impressão é a de que levam à conclusão de que só se deve comprar o torrone x se não houver do outro, feito com castanha de caju. Em resumo: dê preferência a torrone com castanha de caju.

Mas, se isso realmente ocorre, um enunciado de - publicidade acaba por se tornar uma anti-publicidade, já - que se desvia de seu objetivo persuasivo justamente por - conter um elemento argumentativo como o mesmo, o que parece paradoxal.

Nosso esforço se concentrará na busca de razões que possibilitem ao enunciado (32) Torrone x: gostoso mesmo com amêndoas revelar-se como um argumento forte em fa -

vor da conclusão r: compre o torrone x, com anêndoas.

Para tanto, nosso primeiro passo será analisar a conjunção concessiva mesmo se (ou mesmo que) da proposição q: O torrone x é gostoso mesmo se feito com anêndoas.

Vimos já que Ducrot (1973a), preocupado em dar um tratamento argumentativo a certos fenômenos sintático-semânticos, estuda o fenômeno da implicação, procurando chegar às condições gerais de sua interpretação. Para isso, a borda também o fenômeno da concessiva, que nos interessa - mais de perto.

Revela-nos que um enunciado da forma B, se A? é implicativo quando A é tomado como favorável a B, e concessivo na situação contrária.

Se o enunciado tem a forma afirmativa B, se A, a interpretação concessiva cede lugar à interpretação implicativa. É necessário que se diga B, mesmo se A para que o valor concessivo possa existir.

Ducrot mostra que a condição de implicação se expressa na teoria argumentativa da seguinte forma: A deve - ser reconhecido como pertencente a uma classe argumentativa determinada por B:



No enunciado B, mesmo se A, ao contrário, pressupõe-se que A é um obstáculo a B, ou melhor, um argumento - em favor de -B:



Retomando a concessiva q, teríamos, por B, a proposição: "o torrone x é gostoso" e, por A, "o torrone x é feito com anêndoas". Sendo assim, o argumento "o torrone x é feito com anêndoas" tem uma força contrária à conclusão "o torrone x é gostoso", isto é, é um argumento que favorece a conclusão "o torrone x não é gostoso".

Foi por ter sido tomada de imediato por esse sentimento de oposição entre A e B que, ao ler pela primeira vez o enunciado (32), me surpreendi por se tratar de uma - propaganda. A proposição q, composta de B, mesmo se A, pa-

rece, então, ter por finalidade conduzir o destinatário a não comprar o torrone x, feito com amêndoas; em outras palavras, parece conduzir à conclusão ~r, daí o caráter estranho de nosso enunciado publicitário.

Ainda atrás da solução para esse problema, buscaremos, numa justificativa para essas interpretações dadas à implicação e à concessão, a possibilidade de chegar a uma relação mais íntima entre elas.

Abordaremos inicialmente uma justificativa, já efetuada por Ducrot, que diz respeito à negação da implicação B, se A. Ela se apóia em uma sugestão de Anscombe, segundo a qual a maneira mais natural de negar B, se A ou de responder negativamente à questão B, se A? (com se implicativo) consiste em dizer Mesmo se A, ~B. Exemplificando, temos:

(33) -Pedro virá de carro se a estrada estiver boa?

(33') -Não, mesmo se a estrada estiver boa, ele virá de trem.

Ducrot quer ressaltar a importância desse diálogo não ser sentido como polêmico: o segundo interlocutor, embora pareça contradizer o primeiro, se mantém dentro da mesma perspectiva deste.

Já se a resposta tivesse sido:

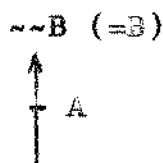
(33'') -Mas não, sobretudo se a estrada estiver boa, ele virá de trem.
haveria uma ruptura do diálogo, confirmada pela introdução de mas não no lugar de Não.

Ducrot conclui que é respeitado um acordo entre os interlocutores no caso de negações do tipo (33'), acordo esse que se quebra nas negações como (33'').

Tal fenômeno ele esclarece lançando mão das descrições da implicação e da concessão. Preenchendo A pela proposição A estrada está boa e B por Pedro vem, mostra - que, nos diálogos do primeiro tipo, o interlocutor pergunta se existe (ou afirma que existe) uma implicação de A a B, como mostra o esquema:



Como a resposta dada já é do tipo concessivo, isto é, mesmo se A, não B, a descrição da concessiva faz de A um argumento para $\sim\sim B$, isto é, para B, conforme mostra o esquema:

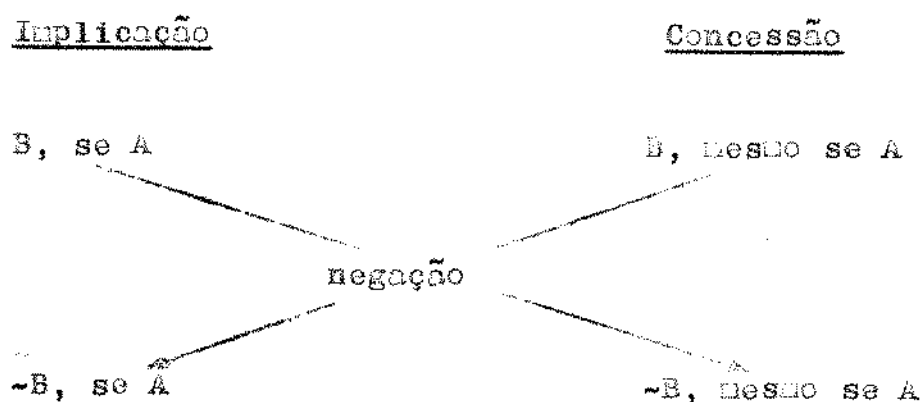


Desse modo se compreende, diz Ducrot, porque a resposta (33') conserva a orientação argumentativa de (33), enquanto a resposta (33'') realiza exatamente o contrário: - seu interlocutor se coloca em uma perspectiva diversa daquela do interlocutor de (33).

Essas considerações, embora nos mostrem que realmente existe uma relação entre a implicação e a concessão, - ainda são insuficientes para esclarecer por quê, numa expressão concessiva do tipo B, mesmo se A, A é um argumento que pode favorecer B, como pretende nossa propaganda.

Lílian (1978), preocupada em evidenciar ainda mais o relacionamento entre a implicação e a concessão, abordou outros dados que a levaram à conclusão de que a negação de - uma implicação é uma concessão e, por sua vez, a negação de uma concessão é uma implicação, segundo o esquema:

F I G U R A 16



A título de exemplo, temos que um enunciado que favorece uma leitura implicativa do tipo (34).

(34) Ele irá à praia, se fizer sol?

pode ser respondido por um enunciado concessivo como (34')

(34') Não, ele não irá à praia, mesmo se fizer sol.

Tanto (34) como (34') (levando em conta, para este, as considerações de Ducrot para a construção Mesmo se A, -B) são descritos através do esquema implicativo:



Dai o caráter polêmico desses enunciados.

Por outro lado, a resposta a uma pergunta concessiva do tipo B, mesmo se A?, como, por exemplo, (35):

(35) Ele irá à praia, mesmo se chover?

pode ser expressa por um enunciado implicativo como (35')

(35') Não, ele não irá à praia, se chover.

(35') segue também a mesma orientação argumentativa de (35), a saber:



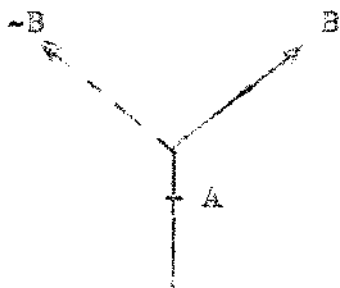
Esses fatos realmente são reveladores de uma estreita ligação entre a concessão e a implicação, mas ficam ainda a dever para o nosso objetivo imediato, isto é, o de que a expressão B, mesmo se A pode apresentar A como um argumento não desfavorável a B.

Lílian, também se indagando sobre a oposição aparente da expressão concessiva B, ainda que A, lançou mão da noção de argumentação virtual, já abordada por Ducrot e Anscombre à página 15 do artigo "L'argumentation dans la langue".

Eles explicam que se pode ter um enunciado como um argumento possível, sem que, no entanto, se use essa possibilidade.

Exemplificam dizendo que um enunciado do tipo An-bora João venha, Pedro ficará apresenta a proposição João - virá como apta para apoiar a conclusão Pedro não ficará. Mas existe a possibilidade de não se aceitar tal proposição como um argumento decisivo por haver outras razões que levam à conclusão contrária.

Assim, Lillian representa o torneio concessivo como o movimento de um argumento virtual de A para $\sim B$ e de um argumento decisivo para B, segundo o esquema:



Tais considerações parecem resolver suficientemente nossas indagações com relação ao enunciado (32) em questão. Retomando-o, teríamos, segundo esse esquema, a seguinte interpretação: o fato do torrone x ser feito com amêndoas é um argumento bom para apoiar a conclusão de que tal torrone não é gostoso, mas há razões que impedem tal conclusão, sustentando a inversa, isto é, a de que o torrone x é gostoso.

Se nos questionarmos sobre essas razões, veremos que elas são várias e que dentro desse enunciado existe muito mais coisa do que o problema de uma aparente contradição concessiva.

Em primeiro lugar, podemos dizer que essas razões estão ligadas ao fato desse enunciado ser de caráter publicitário. Sendo assim, sabemos que há um envolvimento das palavras que o compõem e de sua finalidade persuasiva em relação ao destinatário. Neste caso específico, há também um envolvimento com o fato dos torrones normalmente serem feitos com castanha de caju, o que significa que um torrone com amêndoas deve lutar para evidenciar sua superioridade ou, pelo menos, igualdade de paladar em relação aos outros torrones, o que quer dizer que além de gostoso, deve ser tão ou mais gostoso do que estes.

Além disso, há também, em toda propaganda, uma preocupação em mostrar a excelência da marca daquilo que é propagado. O nosso exemplo deve salientar a marca x em relação à marca dos outros torrones que, além de terem marcas mais conhecidas, são feitos com castanha de caju.

A solução apresentada pela interpretação da concessiva mesmo se pode ser realçada se, retomando o enunciado (32), o alterarmos ligeiramente através da substi -

tuição da conjunção concessiva pela conjunção adversativa mas. Obtemos, desse modo, o enunciado: "Terrone x: gostoso, mas com amêndoas".

Antes de mais nada, iremos fazer alguns comentários a respeito da função exercida por mas nesse enunciado.

Partiremos da interpretação de mas dada por Ducrot (1972a, p. 128).

No âmbito da teoria argumentativa, ele propôs, - para tal conjunção, uma descrição que trabalha com certas variáveis a serem preenchidas conforme as situações de - discurso que envolvem a ocorrência de mas neste ou naquele enunciado.

Sendo assim, não se pode compreender a função - da conjunção mas se, ficando apenas no nível do enunciado, dissermos que ela opera uma oposição de duas proposições p e q quaisquer.

A descrição proposta por Ducrot é a seguinte:

- a) dado p dito por A
- b) B é levado a tirar a conclusão r
- c) A acrescenta: não o faça, porque q.
- d) q é um argumento mais forte contra r do que p o é em seu favor (isto é, p mas q vai no sentido de ~r)

Essa descrição apresenta várias conseqüências - teóricas. Brevemente as apontaremos, já que fogem um pouco de nosso objetivo imediato. Num artigo inédito ("Mais") Ducrot aponta três dessas conseqüências:

1. mas aparece, na descrição acima, como um tipo de pronome: se eu designa aquele que fala, o r imposto por mas designa a conclusão em relação à qual o locutor situa sua fala. Essa conseqüência acarreta em outra, de ordem operatória (cf. Ducrot, Bruxelles, Fouquier, Gouaze, Reis Nunes e Reis, 1976, p. 48): a interpretação de mas necessita de uma referência à situação de enunciação. A conclusão r, assim como o referente de um pronome, deve ser especificada levando-se em conta a situação de discurso, pois, determinada apenas parcialmente pelo conteúdo das proposições p e q, r depende largamente das crenças dos interlocutores dentro do contexto em que se situa o diálogo.

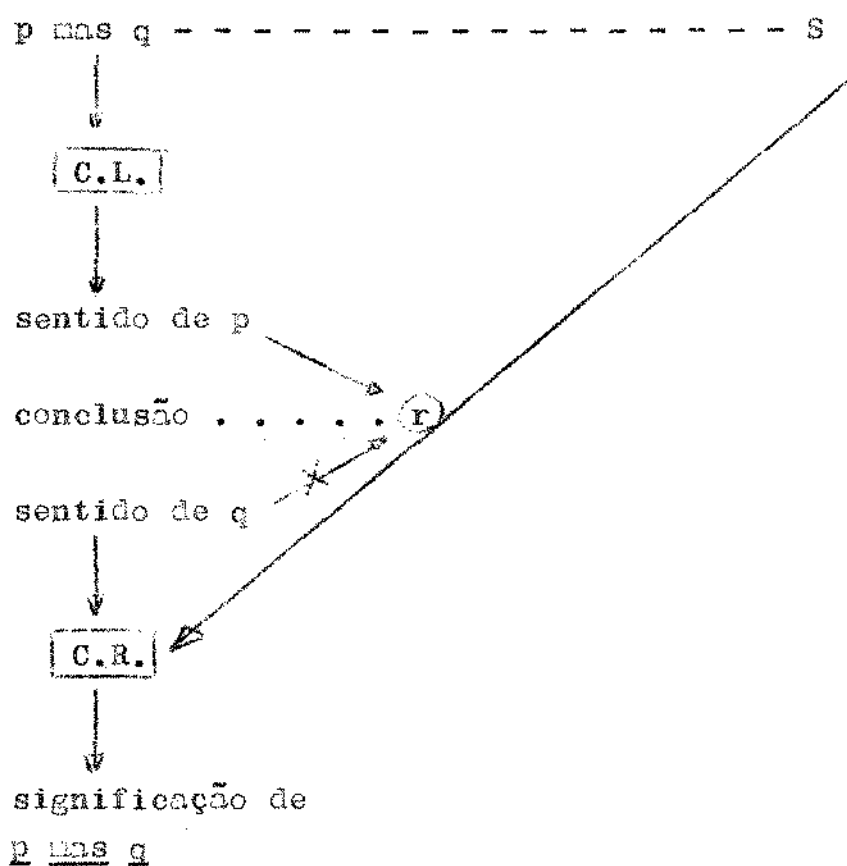
2. mas só pode ser descrito em termos pragmáticos, já que se refere às intenções que dirige a fala.

3. a definição de mas se baseia na noção de argumentação: não se pode dizer que p e q são duas proposições o - postas em si mesmas, já que só se opõem em relação a um mo

vimento argumentativo evidenciado pela conclusão r.

Vogt (1977), a partir do mecanismo de descrição semântica apresentado por Ducrot, desenvolve, para um enunciado da forma p mas q, o seguinte esquema:

F I G U R A 17



onde:

S = situação

C.L. = componente linguístico

C.R. = componente retórico

X = símbolo que indica certa
oposição entre q e r

Isso quer dizer que o C.L. deve prever a existência de uma variável r a ser preenchida, no nível do C.R., a partir das informações fornecidas pela situação de produção do enunciado p mas q. Essa variável r representa a conclusão que o interlocutor pode tirar de p, à qual, no entanto, se opõe q, introduzida por mas.

Utilizando essa descrição para analisar o enun-

ciado (32) em questão, temos por p e q, respectivamente : "O torrone x é gostoso" e "O torrone x é feito com amêndoas". A proposição p levaria, num contexto publicitário, o destinatário a concluir que se deve comprar o torrone x. Tal conclusão, no entanto, seria desviada por q, introduzida por mas: "Mas o torrone x é feito com amêndoas" Como, no seu conjunto, p mas q tende a $\sim r$, temos o enunciado (32) como uma anti-publicidade.

É evidente, então, que essa interpretação vai - justamente no sentido oposto da solução que damos ao nosso problema, relacionado com o envolvimento publicitário de (32). Porém, apesar disso, ela nos é útil no sentido - de mostrar a diferença que há entre a concessão e a adversão em termos de conjunção. No caso das concessivas, vimos que a interpretação de (32) se traduz como o movimento de um argumento virtual de q para $\sim p$ e de um argumento decisivo de q para p. Como p, mesmo se q tem uma força argumentativa em favor de r, podemos dizer que (32) favorece a compra do torrone com amêndoas, favorecimento esse - que nos revela a diferença entre o enunciado (32) e o enunciado adversativo: "Torrone x: gostoso, mas com amêndoas", que leva a $\sim r$.

Neste instante, queremos fazer ainda uma observação relacionada à ordem das proposições envolvidas pela adversativa mas. Se, no nosso caso, p mas q tem uma força argumentativa contrária à compra de torrone x, o que distancia esse enunciado do concessivo p, mesmo se q, temos, ao mesmo tempo, a possibilidade de aproximá-los se invertemos as proposições ligadas por mas, isto é, se considerarmos q mas p. Dessa forma, levantamos a possibilidade da seguinte descrição: a proposição q: "O torrone x é feito com amêndoas" levaria o destinatário a concluir $\sim r$, isto é, que não se deve comprar tal torrone, já que existem - torrones com castanha de caju, muito gostosos. Tal conclusão, no entanto, seria desviada por p, precedida de mas: "Mas o torrone x é gostoso", que levaria a $\sim \sim r$, isto é, a r.

Procurando abordar o maior número possível de ocorrências de mesmo, nosso objetivo inicial, oriundo da análise de um enunciado publicitário como (32), passou a - ser o de mostrar que esse enunciado, a primeira vista im- pregnado de uma certa estranheza, possui, na realidade, - uma grande força persuasiva em relação ao seu destinatá -

rio, justamente por conter uma conjunção como mesmo se (mesmo que). Essa força foi evidenciada pela diferença, isto é, por mostrarmos que no lugar de mesmo se, uma conjunção como mas provoca uma mudança radical no enunciado em questão, já que o torna totalmente anti-publicitário.

Neste momento, a título de curiosidade em relação às artimanhas da argumentação, buscaremos ver a relação que há entre a conjunção concessiva mesmo se e o processo argumentativo inerente à locução conjuntiva mas ... também.

Vogt (1977), preocupado em evidenciar o caráter argumentativo de também, que é próprio de sua natureza comparativa, leva até o fim seus objetivos.

O primeiro conceito argumentativo que dá ao também é o seguinte (p. 131):

"Para qualquer locutor L da língua portuguesa e qualquer que seja a intenção argumentativa de seu ato de enunciação, dizer p também q significa dizer que p e q têm a mesma força argumentativa relativamente a tal intenção."

Iremos nos deter no ponto em que analisa dois diálogos que, embora idênticos do ponto de vista de suas proposições, são totalmente diferentes do ponto de vista argumentativo.

Ambos dentro do quadro ideológico do sucesso de uma festa na qual Pedro e João foram elementos imprescindíveis, esses diálogos têm dois interlocutores, A e B. Como argumento forte para tal sucesso, A diz:

Diálogo I

A: Até mesmo Pedro veio. (36)

ao que B, por considerar João um chato, não está muito de acordo com tal sucesso, diz:

B: Mas João também veio. (37)

Diálogo II

A: Até mesmo Pedro veio. (36')

ao que B, embora concordando com o sucesso da festa, diz:

B: Mas João também veio (37')

Vogt esclarece que somente no âmbito de uma teoria semântica argumentativa é possível dar conta da diferença entre esses diálogos, através das propostas de análise do valor argumentativo de mas e de também.

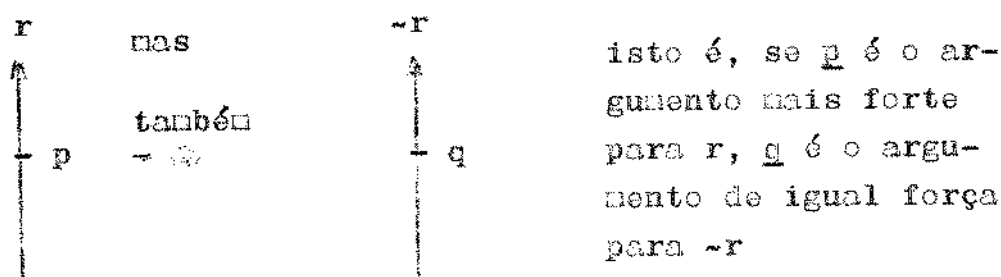
Em linhas gerais, diz que o diálogo I apresenta duas operações argumentativas, a saber:

1^a) dado um argumento para uma certa conclusão r , o operador mas opõe um argumento para uma conclusão $\sim r$;

2^a) também diz que estas proposições têm a mesma força argumentativa.

Utiliza-se do seguinte esquema para representar tais operações:

FIGURA 18



Ao considerar o diálogo II, faz duas observações muito importantes:

1^a) Esse diálogo, assim como o primeiro é polêmico, no sentido de que ele não poderia ser um monólogo - (o qual exige não só uma identidade física do locutor, - mas também uma unidade moral e psicológica deste). Isso não exclui a possibilidade dos dois atos de enunciação serem praticados por um mesmo locutor, mas desde que haja uma mudança radical de atitude relativamente a um e a outro ato (o grifo é meu), como se fossem dois locutores distintos.

2^a) O operador mas tem, neste caso, com relação a também, um efeito inverso do normal, isto é, as duas proposições Pedro veio e João veio são apresentadas como argumentos orientados na mesma direção.

Essas observações levam-no a argumentar que mas

é metalinguístico, isto é, refutador, já que foi dito com a intenção de refutar o direito de A dizer mesmo Pedro veio - (mais especificamente, de A dizer mesmo).

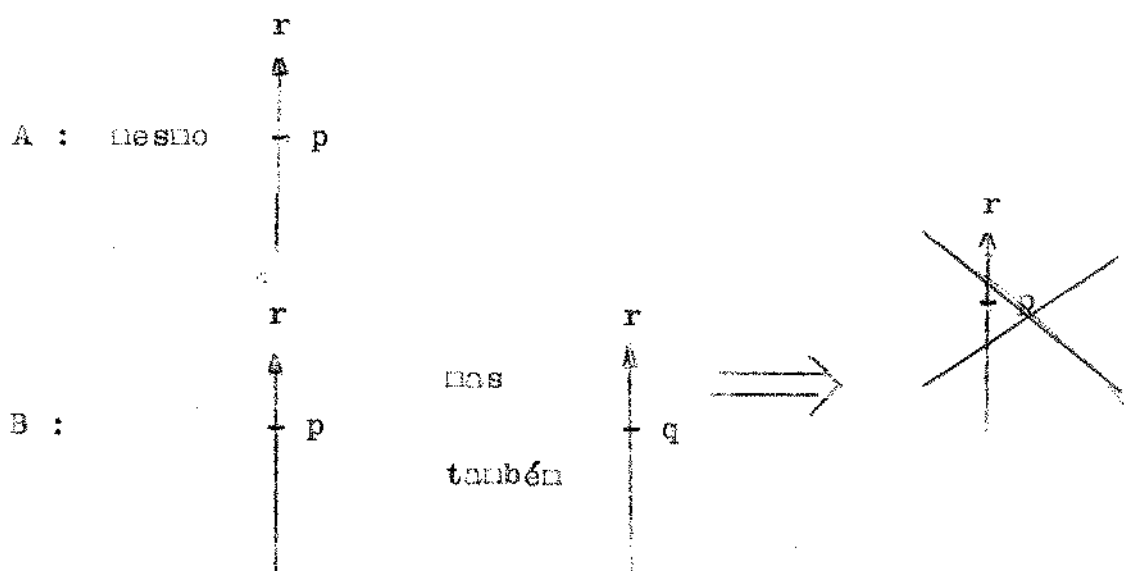
As operações argumentativas deste diálogo são assim resumidas:

1^a) o operador mas recusa a força argumentativa - com que p é apresentado em favor de r;

2^a) o operador também apresenta uma proposição q da mesma força que p em favor de r, o que tem como efeito - neutralizar a exclusividade de p, enquanto argumento para r. Em outras palavras, p sofre um abaixamento na escala orientada para r, em virtude da adição de outro argumento, da mesma força, ainda orientado no sentido de r.

Esse dinamismo é representado pelo esquema seguinte:

F I G U R A 19



A conclusão de Vogt é a de que o diálogo II representa, analiticamente, todo o processo argumentativo que envolve a expressão "não só ... mas também" (ao refutar a exclusividade de p como prova de r, B diz que r não pode ser tirado só de p, mas também de q).

Ao dizer "não só p, mas também q", o locutor age como se pressupusesse no seu interlocutor a intenção de acrescentar a p um mesmo que lhe desse uma exclusividade de força argumentativa; não só é a marca dessa ausência. A re-

cusa do locutor encontra a sua razão argumentativa no fato de q ser apresentado como um argumento que, por ser igual, opõe-se de certa forma a p: mas também q.

Todo o processo argumentativo próprio da expressão "não só ... mas também" é comum, comenta Vogt, nos discursos em que as intenções argumentativas do locutor são preponderantes (discursos não puramente descritivos). É utilizado também em todo discurso cuja finalidade é a de persuadir ou convencer o seu ouvinte das conclusões a que conduz, como é o caso do discurso político e mesmo do discurso filosófico e científico.

Acrescentaríamos que é o caso também de certos enunciados publicitários, como o exemplo (32'), que procura nos abordar segundo a descrição vista.

Retomando (32'): Um torrone gostoso mesmo é feito com castanha de caju; o torrone x é gostoso mesmo se feito com amêndoas, temos, antes de mais nada, uma observação a fazer. Ela se relaciona com uma observação já feita por Vogt. Queremos dizer que um enunciado do tipo (32'), embora não se constitua em um diálogo, pode ser decomposto em dois atos de enunciação praticados por um mesmo locutor - que apresenta, porém, uma mudança de atitude relativamente a um e a outro ato.

Tal mudança de atitude seria explicado, num nível retórico, pela situação publicitária em que se insere o enunciado (32'). O mesmo locutor, apesar de gostar de torrone feito com castanha de caju, pode, após ter provado o torrone x, feito com amêndoas, mudar seu ponto de vista de exclusividade em relação àqueles torrones. Entram em jogo, nesse caso, não só o fato do torrone ser feito com amêndoas, mas também a própria marca x que, intimamente ligada a tal torrone, se iguala a todas as outras marcas, até mais conhecidas do que ela.

Vamos ver agora como a descrição proposta por Vogt pode analisar o enunciado em questão. A proposição que chamamos de p, a saber, Um torrone gostoso mesmo é feito com castanha de caju, pode ter sido dita por um locutor L que, se pretendia significar que "Um torrone feito com castanha de caju é gostoso" era um argumento para determinado r, a saber, a conveniência de se comprar esse torrone, o uso de mesmo, nesse caso, vem reforçar esse argumento, fazendo de r não só uma conveniência, mas quase que uma exclusividade. Porém, esse mesmo locutor, logo em seguida, -

pode se utilizar do operador mas ... também, obtendo a proposição, que chamaremos g: mas o torrone x, mesmo feito com amêndoas, também é gostoso. Recusa, assim, a força argumentativa com que apresentara p em favor de r (já dissemos que essa mudança de atitude pode ter sido provocada após L ter provado o torrone x), neutralizando a força exclusiva dessa proposição pela colocação de um argumento igualmente forte em relação a r (é claro que, neste caso, r se constitui na conveniência de se comprar também o torrone x, e não só torrones com castanha de caju.).

Dissemos, no início desta última abordagem, que pretendíamos ver a relação existente entre a concessiva -- mesmo se e a locução mas ... também, embora não cremos -- que seja possível constatar-la a não ser indiretamente.

Quando verificamos que L, ao se utilizar de mas ... também, obteve a proposição mas o torrone x, mesmo feito com amêndoas, também é gostoso, podemos ver que -- tal proposição se constitui num argumento que enfraquece o argumento inicial, a saber, Um torrone gostoso mesmo é feito com castanha de caju. Devido a esse enfraquecimento, os dois argumentos se igualam: a escala favorável à compra de torrone com amêndoa e a escala favorável à compra de torrone com castanha de caju se nivelam em termos de potência persuasiva.

No caso das concessivas, vimos que o enunciado (32) Torrone x: gostoso, mesmo com amêndoas apresenta o fato mesmo do torrone ser feito com amêndoas como um argumento decisivo para sua característica de bom sabor. A definição desse argumento existe porque há razões que impedem essa mesma definição para a conclusão contrária, -- quer seja, para o fato do torrone x não ser saboroso. Em outras palavras, há, aqui também, o enfraquecimento de um argumento em relação a determinada conclusão, embora, ao mesmo tempo, haja seu fortalecimento em relação à -- conclusão contrária: o torrone com amêndoas é gostoso -- justamente porque há razões que o impedem de ser não gostoso. É esse o processo argumentativo próprio das concessivas.

Desse modo, podemos dizer que, se não fosse -- essa a interpretação possível para as concessivas, é evidente que não haveria a possibilidade de se encontrar , numa mesma proposição, publicitária no nosso caso, a ocorrência de um mesmo se e de um mas ... também (... mas

o torrone x, mesmo feito com anêndoas, também é gostoso), operando ambos, de maneira quase idêntica, no sentido de persuadir o destinatário para a compra do torrone x, com anêndoas. Dissemos "de maneira quase idêntica" porque, no caso do mas ... também, há o enfraquecimento do argumento anterior (Um torrone gostoso mesmo é feito com castanha - de caju) e, no caso do mesmo se, o uso do argumento "torrone feito com anêndoas" em favor de seu bom sabor só existe pela possibilidade de seu enfraquecimento em favor de seu dessabor.

Podemos, assim, sugerir, sem no entanto nos determos mais demoradamente nessa questão, que um enunciado como p mesmo se q, ao mesmo tempo em que se diferencia argumentativamente de um enunciado como p mas q, se aproxima de q mas p e de p mas também q.

Esperamos que essas considerações todas a respeito do enunciado (32): Torrone x: gostoso, mesmo com anêndoas tenham podido ajudar a compreender por que tal enunciado, que à primeira vista parecia ir na direção contrária aos interesses de venda do produto que anunciava, guarda consigo uma força argumentativa capaz de pôr seu destinatário numa situação favorável à conclusão de que, ao comprar o torrone x, mesmo com anêndoas, adquiriu um torrone que, se não é superior a um torrone feito com castanha de caju, pelo menos nada fica a dever para este, já que passa a ser-lhe um concorrente com igualdade de condições.

Sentíamos que as proposições em que se inserem a conjunção concessiva mesmo se (mesmo que) e o advérbio mesmo, no sentido de "realmente", traziam consigo alguma coisa que não se esgotava somente no seu valor informativo: havia, além disso, uma intervenção do enunciador em relação às conclusões em direção das quais essas proposições serviam de argumento. Esse sentimento encontrou apoio na teoria semântica argumentativa, mostrando a importância de certas noções que lhe são próprias, como a noção de argumentação virtual e a de argumentação decisiva, e de certos marcadores de argumentação e subjetividade, - como o mas, o também, o mas ... também.

Mas não somos os únicos cuja curiosidade em relação aos torneios concessivos levou a uma consideração mais cuidada das proposições por eles envolvidas. Lílian, como vimos, preocupada com o advérbio ainda, achou impres

cindível analisar também a conjunção concessiva ainda que. Isso mais por crer que, ainda dentro da teoria semântica - argumentativa, poderia encontrar uma explicação satisfatória do que por crer que subsistisse algum traço argumentativo do advérbio ainda na conjunção ainda que. Chega, porém, a formular hipóteses que envolvem a ocorrência desses dois elementos em valores semânticos únicos.

Quanto a nós, vimos que a locução mesmo que tem algo em comum com o advérbio mesmo: ambos pressupõem um certo valor argumentativo, apresentando um argumento como forte, e até mesmo decisivo, em favor de determinada conclusão. É esse ponto que quisemos realçar com a análise de nosso enunciado publicitário e esperamos ter podido, de alguma forma, dar uma contribuição para uma teoria semântica argumentativa, embora sem nenhuma pretensão de formalização.

N O T A

C A P Í T U L O I V

1. Ducrot, num estudo recente sobre a enunciação, ("Les Allusions à l'Enonciation", artigo inédito), mostra que ela pode intervir nos detalhes de uma análise linguística: numa sequência $X + Y$ (ou $Y + X$), Y pode dizer respeito não ao dito, mas ao dizer de X . Entre os morfemas cuja função é a de ligar um segmento de discurso Y à enunciação de um outro segmento X , estão certos advérbios e locuções adverbiais. O propósito de Ducrot é mostrar a necessidade de se utilizar o conceito de enunciação se se quer estabelecer uma classificação desses morfemas fundamentada em seu papel na estrutura semântica da frase.

Seu primeiro passo é o de classificar as ocorrências de advérbios, para, em seguida, classificar os próprios advérbios. Assim, o efeito semântico de um advérbio num enunciado é o de modificar:

a) um constituinte do enunciado. Ex: "Somente Pedro falava francamente", onde falava francamente constitui um predicado afirmado de Pedro e negado das outras pessoas.

b) o conjunto do enunciado. Os advérbios dessa categoria podem ser subdivididos em:

b.1.) os advérbios que marcam uma atitude do enunciador em relação ao conteúdo exprimido na proposição
Ex: " { Felizmente } , somente Pedro falava".
 { Evidentemente }

b.2.) advérbios que constituem um novo conteúdo a partir daquele exprimido pelo resto da frase. Ex: -
Frequentemente, somente Pedro falava".

c) a enunciação. Ex: "Francamente, somente Pedro falava". Aqui, o que é apresentado de uma maneira franca é a enunciação de "Somente Pedro falava".

A classificação dos advérbios é então feita conforme eles aceitam ou rejeitam umas dessas três categorias. Assim, a atribuição a um advérbio de um traço como "+ enunciação" ou "- enunciação" significa que "algu

mas de suas ocorrências modificam a enunciação" ou "algumas de suas ocorrências não modificam a enunciação".

Classe 1:

+ constituinte, - enunciado, - enunciação.

Ex: com sinceridade, com prazer, agradavelmente

Classe 2:

+ constituinte, - enunciado, + enunciação.

Ex: sinceramente, com toda sinceridade, confi-
dencialmente, entre nós, com toda amizade, sem censura ,
de qualquer forma.

Classe 3:

+ constituinte, + enunciado, - enunciação.

Ex: felizmente, incrivelmente, misteriosamente,
estranhamente.

Classe 4:

- constituinte, + enunciado, - enunciação.

Ex: certamente, evidentemente.

Essas considerações a respeito dos advérbios foram feitas com o propósito de mostrar, antes de tudo, como Ducrot classifica o advérbio francês "vraiment", que podemos traduzir por na verdade ou realmente, estando assim ligado ao mesmo-advérbio em questão. Como está evidente, o tratamento dispensado a esse advérbio por Ducrot não tem nada a ver, diretamente, com o tratamento argumentativo de que o sabemos suscetível. Porém, enriquece nossa análise e serve como índice de que a enunciação pode manifestar-se dentro do próprio enunciado, mostrando que devemos considerar a existência de elementos da atividade da fala dentro da própria língua.

Voltando ao "vraiment", diremos que há uma hesitação quanto a sua classificação. Ducrot mostra que tanto a classe 2 como a classe 3 podem abrigá-lo, justificando-se da seguinte maneira: se é evidente seu emprego como advérbio de constituinte (cf. "Somente Pedro falava verdadeiramente" = "Ele era o único cuja fala podia ser chamada fala, no sentido verdadeiro desse termo."), seu emprego, no início de frase, deixa dúvidas quanto à modificação

do enunciado ou da enunciação. No último caso, surge ainda outro problema: quando o advérbio recai sobre a enunciação, ele deve ser compreendido como "de uma maneira verídica", - interpretação impossível no caso dele qualificar um verbo - constituinte: "Ele fala verdadeiramente" nunca pode ser entendido como "Ele não mente".

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

Este trabalho poderia prosseguir com inúmeros casos de enunciados que, contendo o elemento mesmo, poderiam também mostrar a conveniência de se considerar - sua descrição dentro de um quadro teórico que envolve - os fenômenos relativos à argumentação, à pragmática ou à retórica.

A causa de tudo é uma só: assumimos a existência de fatos relativos à enunciação dentro do próprio enunciado, de fenômenos ligados à fala dentro da própria língua. Era inevitável: os estudos de Benveniste sobre a intersubjetividade própria da língua, a teoria dos atos de fala de Austin, assim como os vários trabalhos - de outros filósofos da linguagem, as pesquisas efetuadas por Ducrot, Anscombe e Vogt no fascinante campo da argumentação, tudo isso nos roubou qualquer outra opção teórica.

Nó entanto, podemos ainda nos indagar o que - poderia ter sido do mesmo se não tivéssemos nos perguntado, desde o início, em que consiste, efetivamente, a descrição semântica de uma língua. Ducrot (1973b), optando por um estudo sintagmático, procura verificar co-

mo o sentido global dos enunciados pode constituir-se a partir do sentido de seus elementos. A partir daí, faz a hipótese¹, que aliás guiou todo o livro Dire et ne pas - dire, de que podemos tomar, como fato inicial, que os falantes de uma língua são capazes de atribuir um sentido aos atos de enunciação realizados com a ajuda dessa língua. Já a teoria transformacional, na sua versão semiótica-gerativa, parte da hipótese de que os enunciados têm um sentido neles mesmos. Admite, então, como observável, o fato de que os falantes de uma língua fazem corresponder uma significação às frases, independentemente de todo contexto de enunciação.

Ducrot mostra, porém, a conveniência de se tratar tal hipótese como interna, pois descobrir o sentido dos enunciados fazendo abstração de todas as situações - em que podem ocorrer acarreta no que ele chama fazer uma "introspecção artificial". Ora, essa ausência de situação é, ela mesma, uma situação particular e sobretudo anormal: o valor extra-contextual de um enunciado não pode ser observado no interior de todas as circunstâncias possíveis de sua enunciação, que podem chegar até a anulá-lo; sendo assim, a voluntariedade ao se observar o sentido dos enunciados pode levar a muitas falsificações.

Vejamos como isso se verificaria no caso de um enunciado que contém mesmo.

Foi visto que a descrição semiótica de uma língua proposta por Ducrot se constitui numa máquina capaz de fazer corresponder, a cada enunciação, o sentido que os falantes dessa língua realmente lhe atribuem. Tal produção de sentido apresenta duas etapas: em primeiro lugar, a do C.L., que faz corresponder uma significação ao enunciado; em seguida, o C.R. calcula, a partir dessa significação e da consideração de sua situação de discurso, o sentido da enunciação.² Com isso, Ducrot não quis dizer que o C.L., ao tomar por objeto os enunciados, deva necessariamente olvidar todos os atos de fala inerentes a esses enunciados. Na significação mesma dos enunciados, é possível ao linguista introduzir as referências a sua enunciação, embora de uma maneira geral e não em relação a situações específicas de fala. Assim, por exemplo, o valor ilocucional de um enunciado se sustenta justamente na sua força, que devemos chamar pragmática, a qual constitui um fenômeno primeiro e impossível de se -

derivar de um conteúdo prévio puramente informativo.

Além desses valores ilocucionais determináveis já ao nível do C.L., também os vários elementos aborda - dos, como o mas, o ainda, o também, o mas ... também, o mesmo, a comparação, só podem ser descritos em relação a uma orientação pragmática do discurso, a um confronto - dos interlocutores, a seu agir um sobre o outro através da própria fala.

Desse modo, não poderíamos descrever o mesmo - do enunciado Maria lê hebraico, latim, grego antigo: ela lê até mesmo sânscrito sem aludir a uma certa conclusão, que chamamos r (a saber, Maria é muito erudita), a qual recebe uma força maior da última proposição, com mesmo.

A necessidade de fazer intervir, desde o C.L., esse movimento de pensamento denotado por mesmo, isto é, os rr que representam as conclusões tiradas pelos interlocutores daquilo que eles dizem, tal fenômeno mostra - que tomar por ponto de partida os enunciados não signifi - ca, em hipótese alguma, abandonar totalmente a enuncia - ção.

Desse modo, o r, ocupando lugar na descrição - do próprio enunciado, será melhor especificado, por sua vez, ao nível do C.R., que lhe fornece as indicações par - ticulares ao contexto de enunciação.

A descrição do mesmo e dos outros operadores - de argumentação, as noções de valor ilocucional e de - pressuposição, o fenômeno da comparação, todos esses ele - mentos, enfim, que introduzem, desde o C.L., a variável r, a representar as intenções dos interlocutores ao se confrontarem através da fala, mostram que não se pode - deixar de considerar a enunciação dentro do próprio enun - ciado. Mas isso não significa, repetimos, que o enuncia - do não tenha um valor semântico próprio: este é caracte - rizável, ao nível do C.L., independentemente dos atos - particulares de enunciação, porém, já em relação ao papel que pode exercer dentro deles. Em outras palavras, ele - deve conter as alusões às situações eventuais nas quais pode ser pronunciado.

A consideração da significação do enunciado co - mo uma noção operatória, e não como um dado possível de - se observar, dá ao semantista a liberdade de se colocar justamente no espaço em que a linguagem se constitui, an - tes de tudo, em atividade, ou melhor, num jogo de que os

interlocutores participam incessantemente, manifestando - seus pareceres, suas crenças e descrenças, seus conceitos de valor, impondo-se, enfim, como pessoas dentro da própria fala.

Como foi dito na Introdução, não se pode mais - ver com rigidez as oposições língua/fala, enunciado/enunciação, sentido/significação, as quais serviram de sustentáculo para o procedimento sincrônico da lingüística desde Saussure até mais ou menos recentemente. Do estruturalismo lingüístico de Saussure, que encontrou seu lugar no domínio seguro do sistema abstrato das relações que constituem a língua, até o estruturalismo semântico de Ducrot, há toda uma evolução que mostra a importância cada vez maior assumida pelos fenômenos da enunciação na lingüística.

Nesse sentido é que, dentro da teoria semântica argumentativa, as pesquisas lingüísticas de detalhe, que propõem a análise semântica de morfemas específicos (como o mas, o mesmo, o ainda, o porque, o já que, o pois que⁵, o também), exigem uma descrição que leva em conta a atividade mesma da fala, o que seria impossível dentro do quadro teórico de uma lingüística tradicional e rigidamente saussuriana.

Este trabalho nasceu e cresceu com uma só intenção: a de ser também uma contribuição, embora bastante modesta, para uma teoria semântica argumentativa.

N O T A S

C O N C L U S Ã O

1. Essa hipótese, que devemos chamar hipótese externa, é relativa à fase empírica de observação, sendo, desse modo, anterior à etapa de construção da máquina de descrição, guiada pelas chamadas hipóteses internas. Essas duas fases sucessivas fazem parte de toda - pesquisa científica desde Descartes, constituindo um método de trabalho baseado em um encaminhamento de simulação. A respeito da distinção entre hipótese externa e - interna, ver capítulo II, páginas 43 e 44.

2. A respeito de significação do enunciado e sentido da enunciação, ver nota 2 do capítulo I, página 13.

3. Vogt descreve essas três últimas palavras num artigo inédito, intitulado "Indicações para uma análise semântica do porque, já que e pois que".

BIBLIOGRAFIA

- ALSTON, W.P..(1972), Filosofia da Linguagem. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- ANSCOMBRE, J.C. (1973), "Même le roi de France est sage". Communications, 20, p. 40-82.
- . (1975), Semantikos, 1, p. 1-28.
- AUSTIN, J.L. (1962), How to do things with words. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- BALLY, C. (1939), "Verstärkung und Emphase". In: Mélanges, Geneva.
- BENVENISTE, E. (1966a), Problèmes de linguistique générale. Paris, Gallimard.
- . (1966b), "Le langage et l'expérience humaine". In: Problèmes du Langage, Paris, Gallimard, Collection Biogène, p. 3-13.
- . (1966c), "Les relations de temps dans le verbe français." In: Problèmes de linguistique générale, cap. XIX, Paris, Gallimard, p. 237-250.
- . (1970), "L'appareil formel de l'énonciation". Langages, 17, p. 12-18.
- . (1974), Problèmes de linguistique générale II. Paris, Gallimard.
- CHOMSKY, N. (1969), "Deep structure, surface structure and semantic interpretation". In: Jakobson, Roman, ed. 1970. Studies in Oriental and General Linguistics, Tokyo, p. 52-91.
- DUCROT, O. (1968) "La description sémantique des énoncés français et la notion de présupposition". In: L'Homme, VIII, 1, p. 37-53.

- . (1969), "Presupposés et sous-entendus". In: Langue française. Paris, Larousse, 4: "La Sémantique", p. 30-43.
- . (1970), "Les indéfinis et l'énonciation". Langages, 17, p. 91-111.
- . (1971), Estruturalismo e Linguística, ed. Cultrix, São Paulo.
- . (1972a), Dire et ne pas dire - principes de sémantique linguistique. Paris, Hermann, Col. Savoir. Trad. portuguese: Dizer e não dizer. São Paulo, Cultrix, 1977.
- . (1972b), "De Saussure à la philosophie du langage". Introdução em J.R. Searle, Les actes de langage - essai de philosophie du langage, p. 7-34.
- . (1973a), "Les échelles argumentatives". In: La preuve et le Dire - Langage et logique. Paris, Mame, Col. Repères, cap. XIII, p. 225-285.
- . (1973b), "La description sémantique en linguistique". Journal de Psychologie Normale et Pathologique, 1-2, Paris, P.U.F. p. 115-133.
- . & BRUXELLES, S. & FOUQUIER, E. & GOUAZE, J. & dos REIS NUNES, G. & REMIS, A. (1976), "Mais occupe-toi d'Amélie". Actes de la recherche en sciences sociales, 6.
- . & ANSCOMBRE, J.C. (1977), "L'argumentation dans la langue". Langages, 42, Paris, Didier-Larousse, p. 5-27.
- . "Mais" (artigo inédito).
- . "Les allusions a l'énonciation" (artigo inédito).
- FILLMORE, C.G. (1965), "Entailment Rules in a Semantic Theory". Ohio State University, Research Foundation Project on Linguistic Analysis, 10, p. 60-82.

- FRASER, B. (1971), "An analysis of 'even' in English". In: C.G. Fillmore & D.F. Langendoen (eds.), Studies in linguistic semantics, New York, Holt, Rinehart and Winston Inc., p. 150-178.
- GORDON, D. & LOKOFF, G. (1975), "Conversational Postulates". In: P. Cole & J.L. Morgan (orgs.), Syntax and Semantics - Speech Acts, vol. 3, Academic Press, New York, p. 83-106.
- KATZ, J.J. & FODOR, J.A. (1964), "The structure of a semantic theory". In: Fodor & Katz (orgs.), The structure of language - readings in the philosophy of language. New Jersey, Prentice Hall Inc., Englewood, p. 479-518.
- MORRIS, C.W. (1948), Foundations of the theory of signs, Chicago.
- SAUSSURE, F. (1969), Cours de linguistique générale. ed. Payot, Paris.
- SEARLE, J. (1972), Les actes de langage - essai de philosophie du langage. Hermann, Paris (tradução francesa de Speech Acts, Cambridge University Press, 1969)
- SIMÕES ZAMBONI, L.M. (1978). Análise semântica da palavra AINDA. Dissertação de mestrado em lingüística, UNICAMP, Campinas.
- STRAWSON, P.F. (1970), "Phrase et acte de parole". Langages, 17, p. 19-33.
- TODOROV, T. (1970), "Problèmes de l'énonciation". Langages, 17, p. 3-11.
- VOGT, C. (1974), "A palavra envolvente". Campinas, UNICAMP, cadernos do I.F.C.H., 2.
- . (1977), O Intervalo Semântico - Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa. São Paulo, editora Ática, Col. Ensaios, 26.

---. "Indicações para uma análise semântica do porque,
já que, e pois que" (artigo inédito).